



# Anais da Assembléia

Nº 110

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 04 DE OUTUBRO DE 1983

ANO IX

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 104.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1983.  
(TERÇA-FEIRA)

Presidência do senhor deputado Trajano Bastos, secretariada pelos senhores deputados Nelson Vasconcellos e Roberto Requião.-

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Trajano Bastos, Nestor Baptista, Werner Wanderer, Gernote Kirinus, Francisco Escorsin, Dirceu Manfrinato, Fuad Nacli, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Anibal Khury, Antônio Anibelli, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida Cesar, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ezequias Losso, Ferrari Júnior, Fiori Luiz, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Buffara, Nelson Vasconcellos, Nilso Sguarezi, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Quielse Crisóstomo, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Tuguio Setogutte e Wilson Fortes.(58)

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE- (Trajano Bastos)) sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

### Ofícios

Sob o n.º G.P. 187/83, datado de 27 do mês próximo passado, o senhor Carlos Alberto Merhy, presidente da Câmara Municipal de Telêmaco Borba, encaminhando em anexo Moção de Apoio n.º 009/83, de iniciativa

dos vereadores que compõem a bancada do P.M.D.B., na qual manifestam apoio ao projeto de lei de autoria do Deputado Nilso Sguarezi, visando a revogação do artigo 20 da Lei n.º 7567 de 08/01/82, "Lei das Custas".

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 409/83, datado de 16 do mês próximo passado do senhor Waldir Sabadin, atendendo ao requerimento n.º 184/83, de autoria do vereador Erno Menno Müller, aprovado em Sessão Ordinária de 26 de agosto do ano em curso, no qual solicita gestão desta Casa no sentido de que sejam viabilizadas as oficializações das serventias extrajudiciais do Estado, de conformidade com o art. 207 da Emenda Constitucional n.º 22 de 29 de junho de 1982.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 301/83, datado de 15 do mês próximo passado, do senhor doutor Vardiceu Genaro, médico chefe do Centro de Saúde Metropolitano, expressando seus agradecimentos pela valiosa colaboração desta Assembléia, fator preponderante do sucesso alcançado na vacinação anti-pólio em Curitiba, na data de 13 de agosto de 1983.

Ao conhecimento da Casa.

Sob o n.º 1.184-P., datado de 09 do mês próximo passado, do senhor deputado Juarez Magalhães, presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, encaminhando para o conhecimento e providências que se fizerem necessárias, cópia da proposição n.º 2352, de autoria do nobre deputado Maranhão Japiassú, aprovada em sessão realizada pelo Plenário dessa Assembléia, no dia 25 do mês próximo passado, na qual solicita seja iniciada uma acirrada batalha, visando acabar com a indústria da seca e, através dos meios racionais e objetivos, promover a melhoria do abastecimento da água do nordeste, problema que arrasta há quatro séculos, sem que os governantes tomem uma iniciativa séria e honesta.

Ao Conhecimento da Casa.

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para os Projetos de Lei n.º 79/82, (Dispensa o presidente, o secretário e o tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná das atividades normais de seus car-

gos públicos); n.º 127/82 (concede pensão mensal a Ida Hübert); n.º 145/882 (concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto).

Sala das sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

REQUEIRO, com base no Regimento Interno, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei n.º 141/83, que declara de utilidade pública o "Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR"

Sala das sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) ANIBAL KHURY.

Requerimento

Senhor Presidente.

REQUEIRO o adiamento por (1) uma sessão, a discussão do Projeto de lei n.º 89/83 e sua reenclusão no dia 05/10/83.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, voto de pesar pelo falecimento do senhor Romeu Costa Dias, ocorrido em Londrina.

Solicitamos comunicar à família enlutada, no endereço que segue:

Sra. Marina Dias  
Rua Flamingo, 75  
Conjunto do Café  
Londrina (PR)

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata, de voto de profundo pesar pelo passamento do doutor EDILON JOAQUIM TEIXEIRA BISCAIA, advogado militante, ex-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas e Administração, hoje integrada à Universidade Estadual de Ponta Grossa, e membro de tradicional família daquele município.

O lamentável fato ocorrido abalou de forma profunda a sociedade pontagrossense que perdeu não só o amigo mas o profissional dedicado às custas mais nobres da-

quela comunidade.

Desta decisão, REQUER seja dado ciência aos seus familiares através o endereço: Av. Luiz Xavier, n.º 68, Cj. 1002, nesta Capital.

Sala das sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) ODENI MONGRUEL.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais que lhe confere o Regimento Interno, REQUER, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de pesar pelo falecimento do engenheiro Telange Telon Alves, ocorrido dia 29 de setembro próximo passado.

Doutor Telange Telon Alves, engenheiro civil, formado pela Universidade Federal do Paraná, recebeu diploma de Honra ao Mérito da Federação Nacional dos Engenheiros, pelo exercício de sua funções profissionais durante 40 anos, extremamente rico conforme depreende do currículo em anexo.

Outrossim, uma vez aprovada a presente proposição, seja oficiado à família do pranteado.

Sala das sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, um voto de regozijo à Igreja "Assembléia de Deus", pela comemoração de seu Jubileu de Ouro e pela 13.ª confraternização da União da Mocidade da Assembléia de Deus a se realizar em Paranaguá, cidade onde surgiu a 1.ª igreja Evangélica "Assembléia de Deus", em nosso Estado.

REQUER ainda, que da decisão desta Casa, se dê ciência ao Pastor ALCI VAZ DA COSTA, Rua Manoel Pereira, 762, Paranaguá.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) NESTOR BAPTISTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, ouvido o Plenário, REQUER o envio de voto de congratulações à Associação dos Viajantes do Norte do Paraná - A.V.N.P. - Londrina, pela passagem do 25.º aniversário de criação. Solicitamos cientificar a diretoria da referida Associação à rua W. Fernandes, quadra 3, lote 16/7, Londrina-Pr.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) Fiori Luiz.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela reportagem publicada em série, sob o título "FRONTEIRA LIVRE", onde analisa os mais variados aspectos da chamada área de segurança nacional, dando-se ciência deste requerimento ao ilustríssimo senhor JOÃO MILLANEZ, DD. diretor presidente daquele diário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) CAITO QUINTANA.

## JUSTIFICATIVA:

A reportagem aqui referida, analisando as intervenções na área de segurança nacional, veio contribuir para o esclarecimento público da grande aberração que constitui a discriminação de onze municípios paranaenses, impedidos de votar os seus prefeitos, marginalizando do processo democrático 420 mil pessoas, 231 mil eleitores e 105 vereadores.

Reportagens dessa natureza vêm enaltecer sobremaneira a imprensa paranaense, que está assim cumprindo os seus primordiais objetivos de esclarecer a comunidade.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado abaixo-assinado REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja enviado voto de apoio ao senador Nilo Coelho, presidente do Senado Federal, pelas suas declarações públicas no dia 1.º de outubro corrente, defendendo a autonomia do Congresso nacional na apreciação do decreto - lei 2045 conforme justificativa abaixo.

Sala das sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

## JUSTIFICATIVA:

Em declarações formuladas à imprensa, no dias 1.º do corrente, desde o Recife, o eminente senador Nilo Coelho presidente do Senado e do Congresso Nacional, previu que "O Congresso deverá rejeitar o DL-2045, porque nunca houve diálogo entre o Governo e os congressistas, na formulação da política econômica e financeira do país".

Salientou o eminente senador que "a Nação não tolera mais que "meia dúzia"

de pessoas, trancadas num gabinete, continuam decidindo pelo país inteiro. Se tivesse havido diálogo para se proceder a modificações na política salarial a posição do Congresso certamente seria outra".

Ainda, segundo aquela autoridade parlamentar "a política econômica-financeira deste país".

Repeliu ademais, o presidente do Senado, qualquer impasse político se o Congresso rejeitar o Decreto-Lei 2045 porque "Este país tem maioria política e o Congresso é um poder, é soberano e vai opinar livremente sobre uma proposta do Executivo sobre cuja elaboração não foi ouvido".

Esta postura do senhor presidente do Senado e do Congresso merece apoio do Poder Legislativo do Paraná porque a decisão esperada do Congresso - rejeitando o Decreto-Lei 2045 como rejeitou antes o 2024 - permitirá reafirmar as prerrogativas do Poder Legislativo Federal, sepultando de uma vez com a prática da condução da política econômica financeira mediante decreto-leis, uma indistigável forma de ditadura econômica que a Nação repeliu nas urnas de 15 de novembro de 1982.

## REQUEIRIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à Fundação Educacional do Paraná - FUNDEPAR, através da Excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja

enviado com urgência, recursos financeiros visando saldar compromisso de aceitação de obras, já realizadas defronte o colégio Duque de Caxias, localizado no Município de Goio-erê.

Tendo em vista a necessidade de que tinha aquele estabelecimento, a Prefeitura Municipal de Goio-erê, por intermédio da SAUDE S/A - Saneamento Urbanização e Desenvolvimento, órgão daquela administração, executou a obra, visando fundamentalmente oferecer ótimas condições de tráfego naquela área e conseqüentemente, maior segurança e tranquilidade, o que já acontece.

Pelas razões expostas, faz-se necessário, ao que ora é proposto, criar condições a fim de possibilitar o pagamento da referida obra.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) RUBENS BUENO.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encami-

nhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado dos Transportes, no sentido que haja a realização de estudos objetivando aumentar o trajeto da obra que será constituída de paralelepípedo, com uma extensão de aproximadamente 800 metros lineares, compreendendo a Avenida Liberdade, localizada no Distrito de Luiziana.

Aprovado por unanimidade no Legislativo Municipal de Campo Mourão, cujo requerimento foi apresentado recentemente, de autoria do vereador Nelson Tureck com apoio do vereador Antônio Abrão dos Santos, o qual basearam-se nas diversas solicitações manifestadas pelos habitantes de Luiziana.

Neste sentido, torna-se necessário uma avaliação do que ora é proposto.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Estado da Saúde e Bem-Estar Social, no sentido de que seja estudada a viabilidade de se implantar uma Agência ao Instituto da Previdência do Estado - IPE, na municipalidade de Juranda.

Em observação profunda ao Plano de Ação 1983/86, do Governo Estadual, em sua versão preliminar, nota-se no que se diz respeito às metas no setor da saúde e saneamento, os objetivos claros de adotar-se uma política de descentralização administrativa e financeira dos organismos de atendimento neste setor, bem como a municipalização progressiva dos serviços de atenção primária à saúde, com o devido apoio tecnológico. Esta regionalização ampla e efetiva, se faz necessária, sendo a de acompanhar este processo, como encaminhamento democrático, à participação da população na condução da política de saúde.

A criação portanto, da Agência do IPE, no município de Juranda, Está sem dúvida alguma, incluída nos propósitos de ampliação condizente de serviços de saúde e assistência social do funcionalismo público, naquela comunidade.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o plenário, encami-

nhamento de solicitação oficial ao excelentíssimo senhor secretário de Segurança Pública, no sentido de que se analise a viabilidade de se destacar um policial, em caráter permanente, para o Distrito de Yolandia, pertencente ao município de Ubiratã.

Tal iniciativa visa atender o requerimento do excelentíssimo senhor vereador José Pires, apresentado e aprovado por unanimidade, onde argumentou a distância do referido distrito, até a sede da municipalidade de Ubiratã, cerca de dezoito quilômetros, oferecendo maiores facilidades de ação dos marginais, que, muitas vezes, ficam até mesmo impunes.

Pelas razões expostas, torna-se necessário que medidas sejam tomadas urgentemente, a fim de assegurar a tranquilidade daquela coletividade.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial à excelentíssima senhora secretária de Estado da Educação, no sentido de que seja autorizado estudos objetivando avaliar a possibilidade de se proceder reformas e reparos no Colégio Estadual Dom Bosco - 1.º e 2.º Graus, localizado na municipalidade de Campo Mourão.

A Associação de Pais e Mestres e direção daquele estabelecimento, conjuntamente, através de correspondência enviada, mostram-se enormemente preocupados com as precariedades das instalações do Colégio, que, entre outras debilidades, destaca-se o sistema elétrico; cobertura; forro; fechaduras, trinco e vidros, sistema hidráulico e esgotos.

É imprescindível a reforma total do referido educandário, dada a importância

que se tem para o município de Campo Mourão, e em especial, ao bairro Lar-Paraná e adjacências.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) Rubens Bueno.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que, após ouvido o Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, seja enviado ao excelentíssimo senhor ministro de Estado do Trabalho, Murilo Macedo ofício solicitando o levantamento imediato

da intervenção decretada pela Delegacia Regional do Trabalho no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Olaria, de Cerâmica para Construção de Artefatos de Cimento Armado e de mármore e Granitos de Curitiba.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) SÉRGIO SPADA.

#### JUSTIFICATIVA:

A Delegacia Regional do Trabalho anulou, mês passado, as eleições da nova diretoria do - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil em Curitiba, com base em informações de que as eleições foram realizadas fora do prazo legal, incluindo a votação de menores de 18 anos e a nomeação de mesários de forma irregular. Além disso, as chapas derrotadas e detentoras de apenas 20% dos votos da referida categoria de trabalhadores alegaram que o Presidente reeleito do Sindicato não pertence a categoria que o elegeu.

O recurso pedindo a anulação das eleições foi impetrado no dia 14 de setembro e a diretoria eleita enviou à Delegacia Regional do Trabalho todo o processo eleitoral, comprovando a falsidade das acusações. Mesmo assim, a diretoria eleita realizou uma posse simbólica, com a convocação de trabalhadores da categoria.

Neste quadro é que a Delegacia Regional do Trabalho, através do seu titular, general Adalberto Massa, emitiu a Portaria n. 393, datada do dia 27 de setembro, nomeando uma junta governativa para encaminhar novas eleições no prazo de 180 dias, quando o normal seria de 60 dias, mas que foi considerado muito exíguo pelo interventor-presidente.

Esta situação dá conta de que a anistia e a abertura nem de longe atingiram os trabalhadores e seus dirigentes, daí estar na ordem

do dia a reivindicação, sempre presente nas Conferências Seminários e Congressos, por liberdade e autonomia sindical.

Ademais é profundamente condenável que providências desta natureza se processem justamente no instante do pioramento das condições de vida e trabalho dos assalariados, no momento da luta nacional contra o arrocho salarial e o desemprego.

Inseridas no plano mais geral da subtração das conquistas, estas intervenções devem merecer o firme e intransigente repúdio de todos os democratas e patriotas brasileiros, em favor de um sindicalismo independente, autônomo e autêntico.

Por último, entendemos que a resolução dos problemas dos trabalhadores deve ser obra dos próprios trabalhadores. Jamais a iniciativa de dispositivos paternos e atentatórios das liberdades públicas de organização. Rendemos, pois, o nosso apoio à combativa categoria dos trabalhadores da

Construção Civil de Curitiba, acreditando que o imediato levantamento desta ilegítima intervenção dará uma vez à superação do impasse da Assembléia Geral da própria categoria, convocada pelo Sindicato no gozo de sua liberdade e autonomia.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de ofício à excelentíssima senhora GILDA POLI ROCHA LOURES, digníssima secretária de Estado da Educação, solicitando medidas para agilização da implantação do 2.º Grau, já criado, junto à Escola Estadual Prof. JOÃO LOYOLA, Ensino de 1.º Grau, bem como estudos necessários para criação dos cursos de ADMINISTRAÇÃO, MAGISTÉRIO e PROPEDEÚTICO, e gestão junto a FUNDEPAR, visando a execução de obras de adaptação necessárias ao funcionamento daquele estabelecimento oficial de ensino no período noturno.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) ROBERTO REQUIÃO.

#### JUSTIFICATIVA:

A Escola Estadual Professor JOÃO LOYOLA. Ensino de 1.º Grau, localizada na Planta Capão Raso, Bairro do Pinheirinho, obteve recentemente, autorização para implantação do 2.º Grau, para atender as necessidades educacionais de um dos bairros mais populosos de nossa Capital e totalmente carente deste nível de ensino, pois com estas medidas virá a ser o único estabelecimento oficial de ensino de 2.º Grau daquela populosa área de Curitiba.

Dispõe, a Escola Estadual Professor JOÃO LOYOLA, de 19 salas de aulas e uma população estudantil de cerca de 2.100 alunos matriculados, cujas instalações permanecem ociosas no período noturno, num verdadeiro desperdício de espaço físico, e se aproveitando racionalmente, veríamos abertas considerável número de vagas de ensino de 2.º Grau, desafogando outros estabelecimentos de ensino e dando-se oportunidade a centenas de jovens de continuarem seus estudos, hoje fora das salas de aulas por falta de meios para tanto.

A implantação efetiva do Ensino de 2.º Grau, junto à Escola Estadual Professor JOÃO LOYOLA, constitui-se numa longa luta de todos os moradores da Planta Vila Capão Raso e do Bairro do Pinheirinho, pois além de não possuírem condições de se deslocarem a outros estabelecimentos de ensino, muito distantes, os pucos que consegue frequentar o 2.º Grau em outras escolas, o fazem até com riscos pessoais, uma vez que no retorno a suas casas, já tarde da noite, são abordados por desocupados sofrendo em consequência constantes ameaças e desabores de

abordagens mal intencionadas.

Pequenas obras são necessárias para que a Escola Estadual Professor JOÃO LOYOLA, venha a ter efetivas condições para seu funcionamento no período noturno, obras estas já solicitadas à FUNDEPAR, e se realizadas viriam contribuir grandemente, até com o programa de governo do Governador JOSÉ RICHÁ, uma vez que custariam infinitamente menos do que a construção de um novo complexo escolar.

Assim se procedendo, estaremos proporcionando os meios necessários para que nossa juventude, possa no futuro próximo, assumir os destinos da Nação Brasileira, preparados profissionalmente para assumirem as responsabilidades que cairão em seus ombros que é a de promoverem o desenvolvimento harmônico deste país.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, que se envie expediente ao excelentíssimo senhor secretário dos Transportes, apoiando o Município de Campo Mourão nas reivindicações quando da instalação do governo do Estado no mesmo Município.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) AMÉLIA HRUSCKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Campo Mourão através do seu Prefeito e de toda a comunidade entregou dia 30 de setembro as seguintes reivindicações que apoiamos integralmente, dado que as medidas são importantes para o desenvolvimento não só do município, mas de toda a região:  
recuperação da PR-13, trecho Campo Mourão - Ivaí; construção da Av. Guaira, Via Expressa; apoio político do estado junto ao Governo Federal para pavimentação asfáltica da Estrada Boiadeira; colaboração na construção de Pontes de Concreto; repasse financeiro para recondicionamento de maquinário rodoviário municipal, ajuda técnica na utilização de poliedro para calçamento; asfaltamento da Rodovia Campo Mourão-Barbosa Ferraz e Campo Mourão-Araruna e convênio para utilização de maquinário do DER pelo município.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo secretário da Saúde e Bem Estar Social, solicitando que o mesmo atenda as reivindicações do município de Campo Mourão, estas

efetuadas quando da instalação do Governo Estadual naquele município.

Sala das sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão reivindicou e nós somos integralmente solidários com as seguintes reivindicações: implantação da rede de esgotos dentro do programa de implantação de 13 sistemas de esgotos; apoio técnico e transferência de recursos para os serviços de atenção primária à saúde; treinamento básico de pessoal auxiliar de saúde; Apoio do IAM e promopar ao lar do menor "Dom Bosco", atualmente mantido exclusivamente pela comunidade; expansão de Rede de Água nas periferias, atendimento a doentes mentais a nível local e Regional. Doação de ambulância ao 11.º distrito Sanitário; criação e funcionamento de Mini-Postos de Saúde, nos distritos e periferia da cidade e implantação do serviço médico odontológico nas escolas municipais.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente ao Excelentíssimo senhor secretário do Interior dando apoio incondicional às reivindicações do Município de Campo Mourão efetivado quando das instalações do governo do Estado naquele município.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.  
(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão solicita a eletrificação de 3.000 propriedades rurais, dado que das 3.440 propriedades existentes no município somente 476 contam com o mesmo benefício; solicita mais a extensão de rede de energia elétrica no Jardim Aeroporto e outros da periferia da cidade, dentro da programação das 340.000 ligações já servidas pela Copel, bem como reivindica a construção da sede própria da Copel na sede do município.

#### REQUERIMENTO

-Senhor Presidente.

A deputada que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência após ouvir o Plenário, que se envie expediente à Excelentíssima senhora secretária de Educação, dando integral apoio às reivindicações de Campo Mourão, efetuadas quando da instalação do Governo do Estado naquele município.



Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA:

## JUSTIFICATIVA:

O Município de Campo Mourão reivindicou e nós apoiamos integralmente as seguintes reivindicações: apoio financeiro à FUCAM na implantação de ensino de 1.º grau na periferia da cidade e na zona rural do município. Apoio financeiro ao colégio agrícola de Campo Mourão, dentro do programa de ampliar a oferta de formação de técnicos agrícolas; aproveitamento das instalações ociosas, durante o período diurno, da FACILCAM em convênio com a UEM e SEED, dentro do programa de reorientação da expansão da rede de ensino de terceiro grau: apoio financeiro à Fundescam, que desde 1972, não recebeu nenhuma ajuda financeira do Estado; apoio financeiro à Educação especial atualmente mantida integralmente pelo município.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo senhor governador do Estado senhor José Richa, solicitando que determine a agilização nos processos de implantação do "Ensino de 1.º Grau" - 5.ª a 8.ª séries, nas Escolas localizadas nos Municípios de Marechal Cândido Rondon em Santa Helena.

É o que REQUER

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

## JUSTIFICATIVA:

Os processos de implantação do ensino de 1.º Grau - 5.ª - 8.ª séries já foram entregues, em tempo hábil, na secretaria de Estado da Educação, pelos Inspectores Auxiliares de ensino de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. Percebe-se, no entanto, que até o momento não houve qualquer definição em relação a que escolas a 5.ª a 8.ª séries de fato serão implantadas.

A demora na apreciação dos processos, a falta de comunicação entre Inspectores de Ensino e a SEED sobre o assunto criaram um clima de desânimo e de desesperança no meio estudantil dos municípios citados. Pais e alunos, há anos ludibriados com a gratuidade do ensino, anseiam por um posicionamento claro das autoridades diretas ao setor. Anseio que reputamos dos mais justos, pois consta do programa do nosso partido e foi proposto na campanha eleitoral de 1982 como objetivo primordial no plano do Governo.

Em mãos cópia do Ofício 548/83 da 58.ª Inspeção Regional de Ensino onde são colocados diversos itens que exigem uma

ação decidida e coerente de sua Excelência o governador do Estado.

Não podemos permitir que escolas da CNEC lá instaladas com propósitos políticos-eleitorais venham questionar as autoridades instituídas no desempenho de sua função. A população dos dois municípios citados, localizados na Área de Segurança Nacional e sem autonomia política, merecem um tratamento condizente com o progresso que lá fizeram sugerir. Não é admissível que num Estado como o nosso vejamos milhões de crianças abandonarem as salas de aula a partir do 4.º ano pelo fato de inexistirem escolas públicas que lhes propiciem a continuidade no ensino primário, o mais elementar exigido em nossa constituição.

O governo do Estado conquistado

pelo PMDB através do voto do povo não pode esquivar-se de seu papel. Deve fazer uso de todos os instrumentos para estender o mínimo que o povo tem de direito: direito a educação. A falta de uma ação decidida só contribuirá para o aumento do analfabetismo em nosso Estado, e não foi para isso que o povo acreditou ser válido eleger seus representantes.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O deputado que adiante subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, seja encaminhado ao chefe do Poder Executivo expediente contendo pedido de informações com os seguintes quesitos:

1. Qual o custo de veiculação pago pelo Governo do Estado e ou empresas públicas à Rede Estadual de Televisão para a transmissão de pronunciamento do excelentíssimo senhor governador, no horário nobre do último dia 2 de outubro?

2. Qual o custo de produção, gravação e geração do referido programa, que empresa realizou tal trabalho?

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informação vem em complemento do já aprovado, de autoria do senhor deputado Roberto Requião, em que Sua Excelência inquiria sobre gastos em comunicação social durante os seis primeiros meses da administração.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 164/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

cilhos para o que pretende o presente.

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade pública a LOJA MAÇÔNICA SAINT GERMAIN N.º 2050, de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, com sede em Curitiba, à praça Zacarias n.º 46 - 1.º andar.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Saint Germain n.º 2050 de jurisdição do Grande Oriente do Brasil, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, a promoção de filantropia dos carentes e desamparados; a propagação do cinismo e assistência moral dos que dela necessitar.

A Loja Maçônica Saint Germanin n.º 2050, por suas atividade em prol da coletividade é órgão de inegável utilidade a comunidade, justificando plenamente sua Declaração de Utilidade Pública.

Como os documentos que instruem o projeto, preenchem os quisitos expressos da Lei n.º 6.994 de 10.01.78, não haverá impedimentos para o que pretende o presente.

PROJETO DE LEI N.º 165/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade pública a Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6, com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, com sede em Curitiba, à Rua Comendador Macedo, n.º 39 - 8.º andar.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6, com jurisdição da Grande Loja Unida do Paraná, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, a promoção da filantropia dos carentes e desamparados; a propagação do civismo e assistência moral dos quem dela necessitar.

A Loja Maçônica Dario Vellozo n.º 6, por suas atividade em prol da coletividade é órgão de inegável utilidade à comunidade, justificando plenamente sua Declaração de Utilidade Pública.

Como os documentos que instruem o projeto, preenchem os quisitos expressos na Lei n.º 6994 de 10.01.78, não haverá impe-

PROJETO DE LEI N.º 166/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Loja Maçônica Luz Invisível n.º 33, de Jurisdição da Grande Loja do Paraná, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, à Rua Castro, n.º 3.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Loja Maçônica Luz Invisível n.º 33, de jurisdição da Grande Loja do Paraná, é entidade filantrópica, filosófica e cultural, cuja existência não visa Benefícios financeiros, mas sim, a promoção do civismo e assistência social moral de quem dela necessitar.

A Loja Maçônica Luz Invisível, por suas atividades em prol da coletividade é órgão de inegável utilidade à comunidade, justificando plenamente sua declaração de utilidade pública.

Como os documentos que instruem o projeto, preenchem os quisitos expressos na Lei n.º 6994 de 10.01.78, não haverá impedimentos para o que pretende o presente.

PROJETO DE LEI N.º 167/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE FILATÉLICA DE CURITIBA, com sede à Rua Professor Fernando Moreira, n.º 234.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) GERNOTE KIRINUS.

#### JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Filatélica de Curitiba, é entidade cultural e educacional, cuja existência não visa benefícios financeiros, mas sim, o desenvolvimento da filatelia em relação à comunidade em geral, notadamente no ambiente escolar, promovendo reuniões, exposições, cursos, palestras, mostras, concursos e campanhas de caráter socio-cultural.

A Sociedade Filatélica de Curitiba, por suas atividade em prol da cultura



de nosso Estado, e, como os documentos que instruem o projeto, preenchem os requisitos expressos na Lei n. 6994 de 10.01.78, justifica plenamente sua declaração de Utilidade pública.

# PROJETO DE LEI N.º 168/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º - Fica declarado de Utilidade Pública o "Lions Clube de Londrina - Igapó", com foro e sede na Cidade de Londrina.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04 de outubro de 1983.

(a) FIORI LUIZ.

## JUSTIFICATIVA:

A entidade em apreço, segundo a documentação anexa, preenche todos os requisitos da Lei n. 6.994, de 10 de janeiro de 1978, disciplinadora da matéria.

Por esse motivo, espera-se unânime aprovação, a este projeto de elevado alcance social.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está finda a leitura do Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no pequeno Expediente, senhor deputado Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Senhor presidente, senhores deputados.

Ocupo a tribuna hoje para informar as novas bancadas existentes nesta Casa, a bancada do Governo paralelo, e a bancada independente algumas medidas do governo do Paraná no setor de segurança.

Neste domingo, o secretário de Segurança, o Comandante da Polícia Militar e outras autoridades da área de segurança se reuniram em Curitiba com 50 Associações de Moradores de bairros, para providenciar a instalação de Conselhos Comunitários de Segurança, Conselhos que se reunirão com os responsáveis pela segurança de suas áreas para determinar o que a população realmente necessita neste setor.

Mas o governador Jose Richa está concedendo gratificação de representação aos Delegados de Polícia no valor de 60% sobre os vencimentos, o mesmo percentual recebido Pelo Ministério Público, pela Magistratura e pelo Tribunal de Contas.

Incorpora ainda estas gratificações para todos os efeitos legais ao salário, permitindo a aposentadoria de mais de 20, Delegados com mais de 30 anos, alguns

com mais de 50 anos de serviço público.

Com isso haverá uma renovação em todas as classes de Delegados de polícia. O governador ainda atende categorias mais modestas com a fusão da carreira de Motorista Policial e de Agente de Segurança; fusão da carreira de auxiliar de necropsia com servente de necropsia, possibilitando ainda o acesso à carreira de perito criminal por parte dos peritos policiais.

Além disso o governador está abrindo vagas, através de concurso, para mais 800 policiais civis, já havendo incorporado aos quadros da Polícia Militar mais de 2.000 homens.

Estas medidas, senhores deputados, são o resultado do trabalho conjunto realizado pela Bancada Governista, nesta Assembléia, com a Associação dos Delegados de Polícia.

É um passo a mais da democracia participativa no sentido de garantir os compromissos de palanque eleitoral do PMDB.

Esperamos algumas novidades nesta sessão, do governo paralelo, e estas são as realizações do PMDB.

Muito obrigado, deputados, senhor presidente.

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, senhor deputado Sérgio Spada.

O SR. SÉRGIO SPADA - Senhor presidente, senhores deputados.

Abre-se nos dias de hoje um novo capítulo da histórica violência oficial contra grupos guaranis do Oeste do Paraná. Trazemos aqui as denúncias levantadas em nossa estada com indígenas, manescentes da tribo Avã-Guarani, que vivem às margens do lago de Itaipu, no Município de São Miguel do Iguaçu, tribo essa que foi despejada pela Itaipu Binacional do seu habitat anterior, em virtude da formação do lago de Itaipu.

Segundo o índio Centurion, o senhor Paulo Cunha, assessor jurídico da Itaipu é responsável pelo reassentamento dos indígenas na região, já deu ao Cacique Fernando Cambaí Martinez uma moto serra, uma novilha, duas leitoas, um bode e até quatro bicicletas estabelecendo relação civilizatórias que levam o cacique da tribo Avã-guarani, afirmar que o referido funcionário da Itaipu é paizinho dos índios da reserva Alcui; ironicamente esse mesmo senhor paulo Cunha, que se negou a fornecer, a dar um copo de água aqueles colonos que lutavam por seus direitos no trevo da vergonha, lá em Foz do Iguaçu. Outro aspecto intrigante dessas novas relações que se estabeleceram é o fato do enfermeiro da Funai, senhor Reinold Régini, ter nomeado na tribo um sargento, um tenente, um capitão, instituindo entre os índios uma hierarquia

Já foram expulsos da reserva sete famílias, senhor presidente, senhores deputados, três delas regressaram. Agora, segundo informações assumidas pela própria equipe nacional: demissões da Conferência Epscopal paraguaia, oito famílias estão ameaçadas de expulsão, três das quais para o vizinho país do Paraguai. Das famílias indígenas já expulsas da aldeia, colhemos declarações de que três estariam trabalhando como "bóias-frias", índios trabalhando como "bóias-frias" na fazenda "Feijão Verde", em Matelândia.

De outro lado, a deportação dos indígenas para o Paraguai seria dirigida para a colônia indígena de Alto Paraná, já superpovoada, uma dessas famílias foi inclusive conduzida por carro oficial da Itaipu-Binacional. E essas denúncias estão estampadas nos jornais do Paraguai "ABC Color", "Diário Oy", das quais trazem como manchete: deportariam indígenas do Brasil para o Paraguai, denúncias de deportação de índios do Brasil para o Paraguai.

Gravidade destas denúncias todas, senhor presidente, senhores deputados, consiste na constatação de que a Itaipu e a FUNAI nada fazem para impedir o recrudescimento da malha de intrigas que se instalou entre a Reserva, sendo responsáveis mesmo os interessados primeiros da desagregação da tribo e no abandono da Reserva. E vai mais longe a intromissão oficial, quando se sabe que, recentemente, houve eleição para escolher o novo cacique das vinte e quatro famílias. Presentes à votação, apenas onze se manifestaram pela continuidade de "cambaí"; ainda assim a FUNAI exigiu que o cacique continuasse.

E mais, senhor presidente, senhores deputados, há coerência das idas semanais do assessor jurídico à Reserva, dos presentes, da expulsão das religiosas missionárias e das famílias indígenas que vivem na Reserva, a proibição de plantio de alimentos em terras indígenas, as ameaças de deportação, a instituição de uma hierarquia militar no interior da tribo, a imposição e corrupção de líderes, com o incentivo, as intrigas consistem justamente nos interesses de funcionários da FUNAI e da Itaipu na exploração da madeira da Reserva indígena. Esses funcionários têm trocado tábuas que foram utilizadas nas obras de Itaipu por madeiras indígenas e tudo tem empreendido no sentido de se tornar a vida dos índios em suas aldeias insuportável.

Eis como se desenha neste momento a difícil história dos nossos índios "Avá-guaranis". Senhor presidente, senhores deputados, esta é uma denúncia muito séria, que estão sendo cometidas arbitrariedades por órgãos oficiais do governo em uma tribo indígena da nossa região.

Era só, senhor presidente. (Sem revisão do orador).

Curitiba, terça, em 04/10/83

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos para o pequeno Expediente...

A Mesa informa a Vossa excelência que não consta a inscrição de Vossa excelência...

O SR. PAULO FURIATI - Não, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Se vossa excelência deseja falar, está com a palavra.

O SR. PAULO FURIATI - Senhor presidente, senhores deputados.

O Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil teve eleições. Concorreram três chapas. A chapa eleita foi a chapa "dois" com mais de 50% dos votos da categoria. A chapa eleita iria tomar posse dia vinte e cinco de setembro. Iria tomar posse, pois no último instante, o general delegado Massa impediu a posse dos diretores eleitos, anulando as eleições e entregando o Sindicato em mão de três interventores.

Venho a esta tribuna repudiar essa intervenção, onde a base fundamental está em impedir a livre organização dos trabalhadores. A eleição foi realizada. Foi feita a ata geral de apuração e aprovada sem restrição alguma, ainda porque estavam presentes membros das duas outras chapas concorrentes.

Argumentou-se que votaram menores de 18 anos, aceitando um ofício de uma empresa pura e simples sem apresentação de provas concretas.

Aceitou uma declaração de uma empresa que afirma não existir empregado algum com nome de Teodoro Pereira, numa alusão de que teria ocorrido votação por pessoas não empregadas. Quem votou, no entanto foi Jurandir Theodoro Pereira. Existe na empresa o empregado Jurandir Theodoro Pereira. O nosso repúdio a esta intervenção, como à tantas outras praticadas por aquele general, que representa a Delegacia Regional da Capital e não do Trabalho, produto do arbítrio; embora os ventos da abertura, permanece em seu posto praticando os mesmos atos contra a classe trabalhadora.

Exijo, como deputado, que o general Massa cumpra o artigo 59, da Lei que regula a matéria, que diz: "será anulável a eleição quando ocorrer vício que comprometa a sua legitimidade, importando prejuízo a qualquer candidato ou chapa concorrente. Parágrafo único. A anulação do voto não implicará na da urna em que a ocorrência se verificar, nem a anulação da urna importará na da eleição, salvo se o número de votos anulados for igual ou superior ao da diferença final entre as duas chapas mais votadas."

Exijo, como deputado ainda, que o general delegado de Trabalho faça cumprir a Lei e cumpra o artigo 75 que diz: "Anuladas

as eleições numa entidade sindical de qualquer grau, outras serão realizadas em 90 dias após a publicação do despacho anulatório. Parágrafo único: Nessa hipótese a diretoria permanecerá em exercício até a posse dos eleitos, salvo se qualquer um dos seus integrantes for responsabilizado pela anulação, caso em que a autoridade competente do Ministério do Trabalho determinará a convocação dos suplentes".

Não posso exigir a mudança do comportamento do general, pois o Delegado da Capital está entre aqueles que optaram pelo arbítrio e está sendo sustentado pelo próprio arbítrio.

Se de um lado não espero atitude imparcial, de outro lado exijo que o general cumpra a lei. As eleições foram realizadas e acompanhadas por Oscar Enz, presidente e Mathias Alenor Martins, secretário, que assinaram a ata final e foram designados pelo Ministério do Trabalho através do delegado general do Trabalho, Adalberto Massa.

As eleições foram portanto realizadas dentro do que manda a lei. Exijo o cumprimento da lei. Cabe ao general colocar-se no seu papel não de comandante de tropa, mas sim de funcionário público do trabalho, cujo supremo dever não é somente cumprir a lei, mas trabalhar, para que as entidades sindicais tenham progresso na sua organização.

Muito obrigado. Era só senhor presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Não havendo mais oradores inscritos no Pequeno Expediente, no Grande Expediente concedo a palavra ao nobre deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor presidente, senhores deputados.

Quando a "Folha de Londrina", numa extraordinária reportagem encerra o que chamou de "Fronteira Livre", sob a responsabilidade do jornalista Paulo Roberto Pegoraro, usamos esta tribuna como representantes de municípios localizados na área de segurança nacional para, em primeiro plano, transmitirmos os nossos mais sinceros parabéns pela iniciativa e as nossas congratulações por esta reportagem séria que cumpre os objetivos do jornalismo, que é bem orientar a opinião pública.

Neste sentido estamos solicitando, desta Casa de Leis, aprovação de um voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina" pelo brilhantismo, pelo empenho com que conduziu esta reportagem que faz por certo os paranaenses conhecerem um pouco mais dos dilemas que vivem aqueles que por opção de espaço residem nos municípios da fronteira do Brasil, considerados área de segurança nacional.

Permitimo-nos para ampliar o leque

de colocações feito nesta reportagem, trazermos fatos até pitorescos, daquilo que acontece nesses municípios, me detenho mais nos municípios localizados no sudoeste do Paraná.

Iniciando pelo município de Capanema, que como os demais municípios daquela área, são grandes produtores de produtos agrícolas, com uma coletividade honesta, ordeira, interessada no trabalho e no progresso, identificada com a terra e na busca aqui no Paraná de dias melhores para suas famílias e para suas comunidades.

O município de Capanema teve como o primeiro Interventor, quando o arbítrio tirou daqueles municípios a possibilidade de eleger os seus prefeitos, um candidato a vereador, dos memos votados naquela eleição de então, quando o povo não lhe deu a confiabilidade para ser vereador do município, o arbítrio e a prepotência do regime lhe deram como prêmio o cargo de interventor municipal, contrariando a vontade popular.

Esse interventor, que administrou aquele município, foi sucedido, posteriormente pelo ex-prefeito, vindo do município de Cornélio Procopio, de outra região do Estado, desassociado portanto dos conhecimentos da região, interventor tirado do bolso do colete dos governadores da época para ocupar o espaço no município que não era o seu, substituído, posteriormente, por um jovem que nem política faz, por um jovem saído de uma cooperativa, para atender os interesses dos grupos políticos dominantes.

O município de Planalto foi mais feliz ainda, porque nessa passagem por interventores do governo federal, teve como primeiro interventor, um latifundiário da cidade, que foi substituído pelo militar de Guarapuava, militar esse que foi substituído pelo padre mandado aqui de Curitiba, onde cuidava de um asilo e que atualmente foi substituído por um ex-prefeito de um outro município que não é Planalto, o município de Santa Isabel do Oeste.

Problemas como esse ocorrem também em Pérola do Oeste, onde vinte anos de intervenção, apenas dois prefeitos estiveram à frente da prefeitura, problemas como este continuam acontecer no município de Santo Antônio do Sudoeste, onde o município que tem sido o berço político daquela região, município que já teve o saudoso deputado Percy Schneider, saído de lá para honrar esta Assembléia Legislativa, sofre a desdita de ser mandado pelo ex-prefeito de Capitão Leônidas Marques lá colocado na situação de interventor.

Problemas como este acontecem em Barracão, problemas como este acontecem nos municípios da área de segurança do oeste do Paraná.

Não podemos sob hipótese alguma, senhor presidente, senhores deputados, vermos na nomeação de um prefeito desassociado com a classe política e com compromissos do

lugar. Segurança nacional alguma.

Somos daqueles que acreditamos e temos dito em todos os instantes que a segurança nacional dos municípios de faixa de Segurança Nacional, de fronteira é feita pela presença do agricultor trabalhando na terra.

A segurança nacional é feita pelos professores lecionando nas escolas; pelos alunos frequentando as escolas; pelas entidades que lá existem, pelos brasileiros que lá residem.

Segurança nacional é aquilo que pulsa dentro de nós que morando vizinho de outros países estamos a defender a fronteira legítima de nossa Pátria.

Segurança nacional é feita pelo trabalho diurno de tantos e tantos paranaenses, de tantos e tantos brasileiros que cultivando a terra ou exercendo a sua profissão, lá estão como verdadeiros guardiões da defesa da soberania nacional.

Não vemos aonde o interventor possa ser o responsável pela segurança nacional. Eles e muitos deles que nem sequer conhecem os municípios que estão administrando.

Por isso, quando vistamos os municípios de área de segurança, quando voltamos às nossas bases eleitorais e somos questionados do porquê se priva aquele povo de escolher o seu prefeito, ficamos sem resposta para dar. Porque, na verdade, na área de segurança nacional, o paranaense é menos paranaense e o brasileiro parece que está em suspensão, porque, nos parece que o governo federal não acredita no nacionalismo, no trabalho, na honestidade, na decência daqueles que lá residem pelo único fato de estarem morando na fronteira com a Argentina e com o Paraguai.

O SR. SÉRGIO SPADA - Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Deputado Caíto, realmente os argumentos pelos quais se embasaram os interventores do poder para constituírem estas famigeradas áreas de segurança nacional, jamais tiveram fundamento e hoje muito menos ainda.

Dizia num pronunciamento que fiz nesta mesma tribuna: Se as oposições tem a condição de nomear o prefeito do Rio de Janeiro, de São Paulo que é a maior cidade da América Latina, por que não o governo haveria de não ter condições de nomear o prefeito de São Miguel do Iguaçu, por exemplo, uma pequena cidade no oeste do Paraná.

Quer dizer, o argumento é totalmente furado. E Vossa excelência enumerou casos, casos que são verdadeiros absurdos. Prefeito que foi prefeito de uma cidade, sai dessa cidade, vai ser prefeito de outra cidade dando atestado de incompetência à toda a população desses municípios.

Vejamos o caso de Guaíra onde o prefeito Curt Rasper (?) está no poder há 20 anos, nobre deputado, é um absurdo, é

uma violência à população de Guaíra. E essa legislação que hoje regula a nomeação de prefeito é outro absurdo. Não menor.

Vejamos o caso do Prefeito de Foz do Iguaçu, coronel Clóvis Cunha Viana, de Curitiba, foi para Foz do Iguaçu levando equipe daqui, de assessores e lá se acampou e lá desadministrava o município de Foz do Iguaçu, malversando, inclusive, a verba pública, continua há 9 anos no cargo, cansado, desmotivado, sem interesse, porque Foz do Iguaçu não tem mais dinheiro. Anuncia publicamente para a Imprensa e para a comunidade iguaçuense que quer sair de Foz do Iguaçu, mas diz ao mesmo tempo que só sai de lá quando souber o nome do seu sucessor. Ora, dá para pressentir que já está formando uma cortina de fumaça e querendo acobertar alguma coisa que outro motivo não teria, já que ele quer ir embora de Foz do Iguaçu, que vá, mas isto não está acontecendo.

E a legislação fala, nobre deputado, que o governador do Estado elaborará um documento, uma lista tríplice, tão logo vague o cargo, e estamos nesse dilema, cel. Clóvis não sai, não faz mais nada por Foz do Iguaçu, a cidade está abandonada, o governador não tem autonomia para elaborar esta lista tríplice, não vai elaborar uma lista tríplice quando tem alguém no posto.

Elaborada esta lista tríplice, o presidente da República vai ter de escolher um dos 3 nomes, mandados pelo governador, que dizer, a própria legislação não dá autonomia nem ao governador do Estado, nem ao presidente da República para substituir estes prefeitos biónicos.

Quem perde com isso?

A comunidade que paga em dia os seus impostos, a comunidade está dando sustentação aos municípios!

Portanto, não vemos outra saída para a situação, conquistamos eleição para governador e haveremos de conquistar em breve eleição para os prefeitos de área de segurança nacional para todos os municípios, sem exceção, porque está, como falei no início, sem embasamento algum este argumento de que deve existir área de segurança nacional.

Muito obrigado e me parablenizo pelo seu pronunciamento e queria endossar a homenagem que vossa excelência faz à "Folha de Londrina" que está desenvolvendo esta série de reportagens sobre área de segurança nacional.

O SR. CAITO QUINTANA - Agradeço ao nobre deputado Sérgio Spada, que como nós, tem responsabilidade nesta Casa sobre os municípios de área de segurança nacional, responsabilidade legítima, diga-se de passagem nobre deputado, porque ganhamos a eleição nesses municípios o povo deu a resposta votando contra os interventores, e nós acreditamos, deputado Sérgio Spada, que

a eleição, só ela, pode legitimar um mandato.

Mesmo não havendo eleição para prefeito municipal, com todos os instrumentos que a Prefeitura Municipal em pequenas comunidades possui, para pressionar o voto se tivessem ganhado a eleição, seria talvez até a ratificação de um mandato perdendo a eleição, deputado Sérgio Spada, é prepotência é permanecer imposto num cargo em que a urna o povo pediu que saísse, é permanecer pela força num lugar que não tem direito, é querer se manter numa função para a qual o povo lhe deu identidade para ficar!

Por isso nos revolta, e por isso nós temos pedido em tantos pronunciamentos nesta Casa, pela decência de saber quando são hostilizados nos municípios onde estão, pelo poder da força, deveriam renunciar os seus mandatos a partir do instante em que o povo os derrotou na urna!

Seria atitude normal e lógica de alguém submetido a uma eleição, perdendo esta, teria perdido a confiança dos seus administrados e deveria renunciar o mandato, pura e simplesmente, até por hombridade, e por respeito à população, e eu vejo que não são tão poucos quanto o Paraná pensa.

Nós temos na área de fronteira, 420 mil pessoas, 231 mil eleitores, 105 vereadores com a maioria do PMDB, esses homens fazem política, esses homens lutam dia-a-dia para manter acesa a chama da participação popular no processo da escolha de seus administradores, de seus representantes, no entanto, o governo federal que tantas vezes diz que está de mãos estendidas para atender as aspirações do povo poderia provar, simplesmente, esse aceno que faz com as mãos e atender os homens que residem na área de segurança nacional proporcionando-lhes não a intervenção pela intervenção, mas permitir que o governo do Estado, que é do PMDB; não é isso que nós, que nosso partido pede. Pedimos a oportunidade de competir nas urnas com os homens de outros partidos a preferência e o respeito popular, porque isso, sem dúvida alguma é que iria legitimar o mandato daquele que tivesse à frente da prefeitura.

O SR. JOSÉ ANTÔNIO FONSECA - Vossa excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre deputado Caíto Quintana: antes de mais nada, gostaríamos de parabenizar vossa excelência em nome da liderança pela oportunidade do seu pronunciamento desta tarde. Nós que também somos gente que mora nos chamados municípios da área de segurança nacional, que também somos um daqueles representantes saídos nesta última eleição e fruto da nossa luta, inclusive, contra e disse muito bem vossa excelência, que esses municípios são frutos do arbítrio. Nesses anos todos de ditadura militar instalada neste país, uma das, um dos fru-

tos dessa exceção é exatamente a criação dos chamados municípios da área de segurança nacional. Quem lá vive sabe o que significa os municípios da área de segurança nacional. Do ponto de vista legal, já afirmamos inclusive desta tribuna e agora nessas reportagens que têm saído na "Folha de Londrina", diz muito bem esclarecendo os leitores das tremendas dificuldades não só por que passa a classe política da oposição, mas o povo desses municípios. E a nossa reafirmação mais uma vez é no sentido de que nosso partido, o PMDB, embora tenha sido vitorioso em todos os municípios, o governador José Richa recebeu a maioria dos votos nos 11 municípios chamados da área de segurança nacional e nós fizemos a maioria dos vereadores nesses municípios e acredito que, se, nesses municípios, eleições houvessem para prefeito teríamos ganho na maioria deles. Em cumprimento ao programa do partido, em cumprimento a nossa pregação aquele povo que lá habita e, como disse o deputado Sérgio Spada que inclusive para os mais altos impostos naqueles municípios, por uma questão de direito, queremos a volta da prerrogativa; queremos que se finde o arbítrio, queremos é que haja eleição direta nesse município, e que volte a se fazer valer o título de eleitor para os habitantes desses municípios. E a nossa luta, e a sua luta e a luta de todos nós deve continuar neste parlamento, lá nos palanques, dentro do nosso partido para que se acabe com essa figura da interventoria não só da interventoria nesses municípios, porque nós sabemos que essa lei foi criada porque a ditadura não confiava nos prefeitos de então o antigo MDB, como não confia hoje, embora o governo do Estado seja nosso. Mas vamos deixar que o PDS administre, essas interventorias; que o PDS continue administrando, ou mal administrando esses municípios e a nossa luta vai continuar para que haja eleição direta também nas Prefeituras das Capitais e acima de tudo e em discursos de palanque é compromisso do nosso Partido, do meu e do seu para que haja, acima de tudo eleição direta para Presidente da República.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o aparte, deputado Fonseca.

O SR. ROBERTO REQUIÃO - Vossa Excelência me permite um aparte, deputado Caíto? (Assentimento.)

Deputado Caíto, Vossa Excelência está cumprindo com a sua obrigação partidária, em defender da tribuna os nossos postulados e nossa posição claríssima em favor da eleição direta. Mas, observe Vossa Excelência que o PDS está desaparecendo aqui da Assembléia. Ele já não se encontra mais na Mesa. Ele abandonou a CPI da Corrupção, e no plenário são poucos os deputados que nos



honram hoje com a sua presença. O PDS descobriu um novo jogo lançado não sei se pela "TROL" ou pela "ESTRELA", chama-se o Governo Paralelo.

É um jogo para crianças entre 14 e 18 anos, e parece que está se distraíndo com isso. Mas, a sugestão que fica nesse meu aparte, deputado Caíto Quintana, é que o PDS abandone também as Prefeituras das regiões de Segurança Nacional, e faça um acordo com o PMDB, para que ninguém mais ocupe uma posição dessa a não ser por eleição direta. No entanto, tenho certeza deputado, que é uma sugestão no ar a um Partido ausente de todas as suas responsabilidades para a população.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Agradeço o seu aparte, e permito o aparte ao deputado Ferrari Júnior.

O SR. FERRARI JÚNIOR - Muito obrigado, deputado Caíto Quintana. Temos acompanhado, desde que aqui chegamos, o trabalho de Vossa Excelência e de outros companheiros do área de segurança nacional, da chamada área de segurança nacional, que da nossa maneira de ver, é uma vergonha nacional, e cumprimos a todos os companheiros por este trabalho que estão realizando.

Área de segurança nacional e preocupação do Governo, não deveriam ser essas cidades, não. O Governo deveria preocupar-se com a segurança nacional nas prateleiras de um supermercado, onde se vende o macarrão, a margarina, onde se vende o arroz, o feijão, e o pobre não pode se aproximar. O Governo deveria se preocupar com a segurança nacional, quando o trabalhador não pode mais se aproximar da área da saúde, porque ele não consegue mais ser atendido, não tem mais como ser atendido. O Governo deveria preocupar-se com a área de segurança nacional, quando as prestações do sistema financeiro brasileiro são abusivas, invadem e rasgam os bolsos da pobre Nação brasileira. Isto é área de segurança nacional. Aí é que deveria concentrar-se o governo federal. Isto é área de segurança nacional. Isto é um perigo para uma Nação.

Mas, nessa balela, nessa brincadeira em que o governo federal insiste manter no País algumas cidades chamadas de área de segurança nacional, que Vossa Excelência e outros companheiros do PMDB combatem de maneira ativa, de maneira firme, de maneira corajosa. Vocês estão de parabéns. Esse trabalho muito orgulha a nossa bancada, não há dúvida alguma.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu só queria fazer uma colocação de que eu não sei quem mantém essa esdrúxula legislação de área de segurança nacional, porque lendo a "Gazeta do Povo", do dia três de outubro,

temos uma declaração do general de Brigada, Roberto Clodoaldo Pinto, da 15ª Brigada de Infantaria Motorizada sediada em Cascavel, que é uma das principais autoridades militares na área de faixa de fronteira, onde diz textualmente: "Não haveria dificuldades para atuação das Forças Armadas, se os prefeitos dos municípios considerados como de interesse da segurança nacional fossem eleitos pelo voto direto, mesmo sendo do Partido da Oposição. Não é concebível imaginar que um prefeito eleito, de qualquer partido, coloque qualquer obstáculo à defesa da segurança nacional, afirmou o Militar."

Ora, senhores, dizer que segurança nacional tem alguma coisa a ver com interventor, é tirar o nacionalismo dos próprios brasileiros que estão trabalhando, que estão contribuindo, que estão gerando impostos, que têm legítimas aspirações como todos os outros têm. E vejo na mocidade da minha região, nenhum prefeito das áreas de segurança nacional do sudoeste do Paraná, foram vereadores sequer. Todos aqueles do PMDB ou do PDS, que se puseram na luta partidária, que disputaram eleições, que participaram das aspirações populares, trabalhando cada um no seu partido, para dar resposta aos interesses do povo, nenhum foi interventor, foram todos aliçados do processo, porque o trabalho político, incompatibiliza, sem dúvida alguma, a pessoa com algum segmento. Então, buscaram de fora, pessoas fora do processo político, para comandar esses municípios. Isso extermina com a participação política de um município; isto faz com que a juventude, a mocidade de uma farta região deste Estado não tenha incentivo para participar da vida pública, não tem oportunidade de pleitear o Executivo maior do seu município.

Não se faz segurança nacional brincando, porque todos os brasileiros, os homens, os filhos dos homens adultos, dos homens idosos da nossa região, num eventual conflito com o País vizinho, seriam chamados indubitavelmente para as próprias Forças Armadas, para defender o torrão nacional, e iram lá, sim senhor, pela brasilidade que têm, pela vontade que têm de manter a pátria independente; iriam, sim senhor, os jovens da fronteira oeste-sudoeste do Paraná, porque mostraram nas urnas, em 15 de novembro passado, que abraçando a campanha do PMDB querem a liberdade desta Pátria, querem a restauração da dignidade desta Nação, querem ver as suas comunidades crescerem e progredirem.

Não existe nada do Governo Federal nos municípios de segurança nacional do sudoeste do Paraná; não existe um destacamento do quartel; não existe órgão federal algum e os representantes daquela região, deveriam trabalhar sim, por que alguma coisa que poderia dar a segurança nacional, a facilidade do deslocamento de tropas numa



emergência, seria a construção da BR-163, antiga luta dos moradores da fronteira, e que até hoje não teve do Governo Federal resposta alguma. Isso seria segurança nacional; isso integraria essa região com o Paraná, isso facilitaria com que no momento de necessidade, as forças militares desta Pátria pudessem transitar nas suas fronteiras.

E, hoje, mais do que nunca, nós estamos afrontando o vizinho país da Argentina, quando insistimos em manter a área de segurança nacional, porque a Argentina dentro de 3 a 4 semanas, estará elegendo seu presidente da República por voto direto e secreto, e estará elegendo os Prefeitos dos municípios vizinhos do Brasil, sem se preocupar com a segurança, porque tem certeza que seus patrícios lá estão para, com o trabalho, manter as fronteiras do seu País.

Ora, senhores, não tenho visto nada de segurança nacional pelo fato de interventor. E, aqui, nesta Casa, nós temos dois deputados de um dos principais municípios de área de segurança nacional do Paraná, que é o Município de Foz do Iguaçu. Se valesse o interventor, para dar segurança nacional e tranqüilidade à população, Foz do Iguaçu seria o corredor natural deste Estado, dos ladrões de carros que levam carros para o Paraguai; não seria a porteira aberta para a entrada de tóxicos vindos do Paraguai para o Brasil. Isso, senhores não será estancado pelo fato de termos um interventor no município.

Esta é uma luta que deveria ser de todos os partidos no palavreado e na prática, por que isso...

O SR. PRESIDENTE- A Mesa comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado. Concede-lhe 1 minuto para concluir.

Senhor presidente e senhores deputados, voltaremos a este assunto, e tenho a certeza, muitos deputados desta Casa de Leis, porque o assunto merece ser estudado ser defendido por todos aqueles legitimamente, tendo um mandato popular, precisam lutar para que legitimamente, tendo um mandato popular, precisam lutar para que as instituições brasileiras sejam aprimoradas. E que se faça uma consulta, nobre deputado, aos moradores desses municípios, de todos os partidos, do PMDB e do PDS também, e que se pergunte à população, se a sua vontade maior não é a de que haja eleição direta para que possam escolher os seus representantes. Essa sem dúvida alguma, é uma grande bandeira, essa, sem dúvida alguma será uma grande conquista e essa, sem dúvida alguma, será a caminhada que nós teremos que trilhar, para poder devolver, aos municípios considerados de área de segurança nacional, como os Municípios de capitais brasileiras e municípios de área hidromineiras, o direito de escolher os seus pró-

prios caminhos!

Muito obrigado, senhor presidente (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) - Consulta à Liderança do PMDB, se fará uso de seu horário?

Concedo a palavra, ao senhor deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI - Senhor presidente, senhores deputados.

Venho a tribuna na tarde de hoje, para responder às injustiças infundadas e infelizes acusações do líder do PDS, na sessão da última quinta-feira, ao governo democrático e honrado do PMDB.

Nós do PMDB, senhores deputados, sempre fomos acusados pelos nobre representantes do PDS, de sermos excessivamente generalistas, nas acusações e críticas que fazemos, e as fazemos há mais de 19 anos, ao Governo Federal, e por extensão, aos representantes da antiga ARENA e do PDS, no Paraná, que sempre se comportam como instrumento de um regime de opressão, de um Governo que não foi legitimado pelo voto, mas, pertencendo a uma pseudoelite de tecnocratas, que prometeu construir um Brasil grandioso,, o Brasil do milagre do senhor Delfim netto, para terminar malancolicamente hoje, como o Brasil do "Fundo", o Brasil da dívida externa, o Brasil da moratória!

É bem possível, senhor presidente, que sem algumas oportunidades o comportamento do PMDB tenha sido generalista, porque, tudo emana deste regime é antipopular, antinacional e antidemocrático. Mas nem sempre fomos generalistas, e os próprios Anais desta Casa aí estão para comprovar que, em muitos episódios, a crítica que fizemos e que continuaremos fazendo como Partido de verdadeira Oposição, foi bastante específica, foi direta, "dando nomes aos bois" e denunciando à opinião pública, os responsáveis pelos crimes praticados contra a nossa soberania e contra os legítimos interesses do Paraná e do Brasil. Nós do PMDB, senhores deputados, defendemos o restabelecimento da plenitude democrática neste País, nós temos uma proposta política e, em torno da proposta política que a Nação conhece é que nos debatemos. Por isso lutamos por eleições diretas em todos os níveis, somos contra as leis de exceção como essa famigerada Lei de Segurança Nacional. A tal ponto, senhores deputados, foi nossa luta e é a nossa luta, que hoje, com a única exceção do círculo de ocupantes do Palácio do Planalto, não existe nenhum nome de prestígio nacional, que defenda o regime que aí está. E não venham, os deputados do PDS, acusar incoerência de nossa parte quando nos referimos aos governadores "biônicos", alegando que o senhor Jayme Canet Júnior também foi nomeado para governar o Paraná. O senhor Jayme Canet, senhor presi-

dente, teve a grandeza de romper com os que pretendem submeter esta nação a um regime despótico, teve a coragem de dizer "não", resistiu a todas as pressões, e ingressou no PP, e posteriormente, incorporou-se no PMDB, dando uma contribuição inestimável à vitória que alcançamos nas urnas, em novembro de 82. Aliás, quanto ao senhor Canet, são os próprios homens do PDS nesta Casa, que o reconhecem portador de grandeza cívica e moral. Nós do PMDB, senhor presidente, lutamos contra o modelo econômico entreguista e antinacional que aí está, contra o arrocho salarial. Defendemos o direito de greve que é uma arma legítima dos trabalhadores de todo o mundo; sempre combatemos o sistema tributário que concentra praticamente todos os recursos em mãos do Governo Central, descapitalizando os Estados e os municípios, gerando um clima de caos social e desemprego que afeta milhões de brasileiros.

É possível que o nosso comportamento tenha sido generalista nobre deputados, mas sempre dissemos que o Governo Ney Braga como prolongamento natural do Governo Federal, nada fez para conter o êxodo rural, nada fez para dar condições dignas de existência aos nossos trabalhadores urbanos e rurais. Aí está um exército de 450 bóias-frias. Nada fez em defesa dos desapropriados de Itaipu, nem para melhorar as condições de moradia, educação, saúde ou segurança da população.

Não foram e não são generalidades quando centenas de vezes desta tribuna, dizíamos e voltamos a dizer, que a situação precária das nossas universidades estaduais, deve-se ao fato de nenhuma delas ter sido federalizada. Quando os paranaenses Suplicy de Lacerda e Ney Braga foram Ministros da Educação, preferiram em detrimento ao Paraná, federalizarem outras universidades estaduais. E isso tem determinado um excesso de custo ao erário e aos cofres públicos do Paraná, para cobrir o custo financeiro das universidades estaduais.

E ironicamente, agora vem o líder o PDS, cobrar a posição do governador atual com o ensino primário, exatamente quando pela primeira vez o Estado do Paraná - sem discriminações - como são todos os critérios do nosso governo, repassa aos municípios substanciais recursos, fazendo com que a prioridade educacional vá além do quadro orçamentário fixado pelo PDS no ano passado.

Dizer que a Constituição Federal como disse o Eminentíssimo líder do PDS, na última quinta-feira, cujo discurso está escrito - "que é obrigação do Estado do Paraná com o ensino primário". Senhores é levianidade e não passa de uma generalidade.

Aí está a proposta do nosso orçamento, com maior percentual já consignado na história deste Estado, para a educação. As denúncias que fizemos se contam aos mi-

lhares em cima de fatos concretos e o povo paranaense nos deu razão, senhor presidente, e, aí estão os resultados das urnas.

Pois bem, senhor presidente, o discurso que o nobre deputado Luiz Alberto Oliveira fez na última quinta-feira, é uma obra-prima de generalidades. Sua Excelência falou em deterioração das nossas Instituições, como se as Instituições fossem deterioradas pela Oposição. Quando se pretende amesquinhar e amedrontar o Congresso Nacional, porque o seu representante, talvez o mais legítimo, que o deputado Juruna, que na sua simplicidade traduziu o sentimento desta Nação roubada e espoliada, interna e extremamente verdadeira instituição que é o Congresso Nacional.

Sua Excelência falou em deterioração das nossas Instituições, em arquitetos do caos e abusou de outras expressões igualmente vazias e desprovidas de conteúdo. Confesso que nós esperávamos uma Oposição mais inteligente do PDS nesta Casa. Nunca imaginamos que o PDS patrocinasse uma oposição "mundo cão", que não valoriza o mandato dos seus deputados, que depõe contra o próprio conceito deste poder. Porque é uma oposição voltada para as retalhações pessoais, e questões menores que não tem nenhuma importância diante o quadro de gravidade da situação em que vivemos.

Na sua voracidade de fazer oposição a qualquer custo, alguns deputados do PDS, felizmente, não todos, não respeitam os padrões mínimos de ética e por isso investem...

O Sr. Gabriel Manoel- Senhor presidente, avocando o artigo 97, do Regimento Interno, eu pediria a Vossa Excelência que solicitasse ao orador que desse o nome aos deputados que estão retalhando, para que não fira a sensibilidade e a credibilidade dos deputados da oposição. Vossa Excelência, senhor presidente, deveria escutar esse libelo do líder de sua bancada, quando ele chama os deputados do PDS de retalhadores. Dentro da ética eu pediria ao deputado nosso amigo, que nós admiramos, que desse o nome aos bois, aos deputados retalham e que ferem a Constituição, quando defendem o patrimônio público, que é o povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) A Mesa respondendo a questão de ordem levantada por Vossa Excelência, nesse artigo 97 não encontra amparo, mas atende Vossa Excelência. Com a palavra o senhor deputado que se encontra na tribuna.

O SR. NILSO SQUAREZI - Na sua voracidade de fazer oposição a qualquer custo,

alguns deputados do PDS não respeitam os padrões mínimos de ética e por isso inves-

tem, sedentos de ódio contra a dignidade da pessoa. Não se limitam...

O Sr. Gabriel Manoel (interrompe o orador da tribuna).  
(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Está com a palavra o senhor deputado que se encontra na tribuna.

O SR. NILSO SGUAREZI -... Não se limitam a assacar contra o governador, acusações injustas e os secretários de Estado; agredem a imprensa e os jornalistas dos Paraná como se estes profissionais fossem mercadoria e objeto de compra e venda. Em cada gesto e em cada palavra de alguns deputados pedecistas, transparece de forma clara o revanchismo que caracteriza o pouco que restou do PDS do Paraná, após as últimas eleições.

Para eles, senhor presidente, a anistia não vale nada e isso se evidencia, senhor presidente, quando a Assembléia institui uma CPI, numa tentativa de reafirmar as suas prerrogativas de contribuir para o saneamento da coisa pública, alguns deputados do PDS tentam, no desespero, descreditar essa CPI.

Para eles o passado só interessa quando os beneficia, e por isso opoem-se às investigações em andamento nesta Casa para apurar os casos deploráveis de crimes de enriquecimento ilícito, e de uso da máquina administrativa e dos recursos do Estado para fins expúrios.

Estamos nos referindo a um tipo de oposição tragicômica, que por astúcia se esquece de quanto dinheiro público foi malbaratado nas campanhas publicitárias que fizeram, para promoção política e pessoal dos então governantes e do seu grupo. Chegaram até a financiar uma escola de samba no Rio de Janeiro, que por sinal foi desclassificada e rebaixada, e a patrocinar pesquisas de opinião pública de caráter eleitoral, que foi publicada em todos os grandes jornais do País.

E todos se recordam senhores deputados, daquela tentativa frustrada feita com o dinheiro dos cofres públicos, de mistificar a opinião pública, e dizer que a dupla Nei e Saul venceria as eleições.

E o que vemos agora, senhor presidente? Vemos que os pedecistas rebelam contra a necessária campanha do governo José Richa, que visa despertar o utilismo, a confiança e os valores paranistas depois da catástrofe das cheias. Estamos diante de uma demonstração clara dos que não entendem o que representam os valores paranistas e por isso protestam contra a campanha que não promove pessoas, ou interesses de grupos, mas visa restaurar a confiança do homem do Paraná em si próprio, e nas riquezas desta terra dádiosa.

Nós do PMDB, realizamos oposições - neste Estado, é verdade, durante muitos anos, e nos orgulhamos da nossa atuação. Não só pela coragem que demonstrou numa época dura, e em que todas as arbitrariedades poderiam ser cometidas e principalmente pela coerência que sempre soubemos preservar em nossos comportamentos.

Mas, senhor presidente, não podemos deixar de lamentar a falta de coerência da oposição do PDS, quando o líder da bancada acusa o governo de coerência da oposição do PDS, quando o líder na bancada acusa o governador José Richa de imitar o senhor Paulo Malluf Salim, através de uma viagem às Arábias, e diz que o nosso governador, provocado em tantas lutas democráticas e populares, eleito pelo povo, pretende "malufar" o Paraná.

Isto senhores, constou do documento lido que é o discurso do Líder do PDS. Diz ele: "não satisfeito em copiar Montoro, inclusive em suas campanhas publicitárias, e cujos custos se elevam a milhões de cruzeiros, o senhor José Richa passa a ser o "papel carbono" de Maluf até mesmo numa viagem às arábias que vai custar milhões de dólares aos cofres paranaenses. Todos sabem que não vai custar milhões de cruzeiros, como foi dito. Mas diz o líder do PDS: "começando a malufar no Paraná, o governo do senhor José Richa expande as suas megalomanias e revela que tem o propósito de formar uma empresa mista com capital particular, com a exploração do xisto".

(pronunciamento interrompido por problemas de som) - solicito ao orador que está na tribuna interrompa o seu pronunciamento para que o serviço de som...

(Interrupção por problemas de som)

O Sr. Caíto Quintana - Solicito posteriormente um aparte do nobre deputado.

O SR. NILSO SGUAREZI - A seguir. Após a conclusão, cederei os apartes.

Não vamos dar ao trabalho de contestar acusações tão absurdas, mas apenas estranhamos o seguinte: será que o líder do PDS esqueceu que a maioria da sua bancada é malufista, que a maioria de sua bancada entende que Paulo Maluf é o melhor dos presidentes? Nós do PMDB, estamos onde sempre estivemos, rejeitamos o estilo político do senhor Paulo Maluf, e condenamos o processo expúrio de uma farsa política que deram o nome de eleição indireta, porque nega ao povo o direito de eleger o seu presidente. Mas não aceitamos o pejorativo de "malufar", não é nosso. Se o líder do PDS que acusar alguém de "malufear o Paraná", que dirija a acusação aos seus liderados, pelo que se sabem serem em sua maioria malufistas. Não podemos deixar de considerar que, além de incoerente, esta oposição é mentirosa, como afirmou ontem o nobre deputado Tadeu França e apresentou vários exemplos,

porque afirma ao povo do Paraná que existe mordomia na "Granja do Cangliri", querendo assim criar uma imagem distorcida do governador José Richa pela sua honestidade e por sua austeridade, e sabe só um homem que tem estas qualidades e esta determinação, este zelo no trato da coisa pública, se submeteria a morar na única residência oficial que tem o Governo do Estado, que foi construída há muito tempo, e que estava ociosa pois nunca foi utilizada.

Lamentavelmente, senhor presidente, temos que dizer que esta oposição é mentirosa ainda, quando afirma sem provas, que está havendo discriminação de verbas estaduais. Não existe discriminação alguma de nossa parte e queremos dar um exemplo concreto em resposta às generalidades do líder do PDS, pois esta ausência de discriminação é visível na distribuição dos recursos do Prosafra, quando o governo democrático de José Richa distribuiu uma importância igual a todos os municípios do Paraná, um critério que nunca foi respeitado pelo governo anterior, que prometeu verdadeiros comícios eleitorais para distribuir os recursos, e quando um prefeito do PMDB, premido pelas necessidades de seu município, criava coragem e subia ao palanque para reivindicar a sua cota, não raras vezes como foi denunciado amplamente no governo passado, os homens do Governo de então tinham a desfaçatez de afirmar que haviam esquecido o convênio em Curitiba.

Pergunto, senhor presidente, que discriminação é esta que paga 50% do vencimento de todos os professores que os municípios colocaram à disposição do Estado, sem qualquer preocupação de ordem política e partidária? O Paraná inteiro sabe que este não foi o procedimento do governo anterior, o qual sempre foi padastro para com os municípios, e em particular, com a nobre classe dos professores.

Hipocritamente o PDS não confessa, nem pode confessar, que está havendo discriminação de verbas federais, aos municípios afetados pelas enchentes do mês de julho, que tantos danos causaram à nossa economia e à vida das comunidades. Basta dizer que dos treze pequenos municípios que constituem o extremo-noroeste do estado, só os municípios administrados pelo PDS receberam verbas do Ministério dos Transportes. Eu tenho aqui em mãos a relação, para dirimir qualquer dúvida, enquanto isso, quatro municípios que têm Prefeitos do PMDB, quatro dos treze do extremo-noroeste, não receberam nenhum centavo, senhores deputados! E são os municípios cujas administrações são do PMDB. Os municípios de Terra Rica, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Maria Helena. E vêm nos acusar de haver discriminação, quando quem patrocina e promove a discriminação é o Governo Federal, através do Ministério dos Transportes!

Esta sim é uma discriminação odiosa, revanchista, de natureza político-partidária, de gente inconformada com o resultado soberano das urnas, que se julga no direito de punir e sacrificar os habitantes dos municípios que tiveram o direito e até a ousadia de elegerem Prefeitos do PMDB. Para estes municípios nenhum centavo, só para os municípios administrados pelo PDS.

Esta é a lógica, a tática e a estratégia política dos homens do PDS que fazem agora oposição ao Governo do Estado.

O Sr. Luiz Gabriel Sampaio - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. NILSO SQUAREZI - Confesso, senhor presidente, que esperávamos uma oposição mais conseqüente, mais realista, com os pés no chão, que tivesse a grandeza de se curvar ao veredito popular e que se chamasse a nós, do PMDB, na defesa das causas paranistas. Uma oposição que não tentasse boicotar, como fez, um empréstimo do Banco Mundial, só porque ele vai ser administrado pelo PMDB, em um programa destinado aos pequenos municípios.

Não podemos aceitar, senhor presidente, que movidos pelo ódio, pelo inconformismo e pelo revanchismo, alguns políticos do PDS conspiram contra os legítimos interesses do Paraná.

Queremos uma oposição forte, vigilante, para criticar eventuais falhas do Governo, para discutir e questionar os seus planos, mas não podemos concordar com uma oposição que se coloca frontalmente contra os interesses dos Estado.

Não podemos concordar, senhor presidente, senhores deputados, com uma oposição que defende a federalização do Porto de Paranaguá, justamente quando sua nova administração começa a superar os vícios e os entraves que se acumulam nos últimos anos e vem debatendo recordes de movimentação de cargas, apesar dos problemas causados pelas enchentes que, em determinado momento, paralisaram quase todo o sistema de transporte do Estado. Quero apresentar aqui um só dado com referência ao Porto de Paranaguá, pois agora o líder do PDS pede a federalização. No exercício de 1982 o Porto de Paranaguá apresentou um "deficit" da ordem de 13 milhões de cruzeiros de prejuízo. O PMDB assumiu em março de 83 e após cinco meses, eu não tenho ainda o relatório do mês de setembro, mas em cinco meses de administração do PMDB, está aqui senhores, a prova de como se conduz a coisa com honestidade e austeridade, enquanto no ano passado houve um prejuízo cento e oitenta e três bilhões de cruzeiros, este ano fechou o balanço do mês de agosto, o Porto de Paranaguá, com um "superavit" da ordem de dois bilhões, quatrocentos e vinte e seis milhões de cruzeiros.

Isto senhores, coloca uma grande indagação quando nós formos ver, que embora

movimentando mais carga, ultrapassando o índice de tonelagem, o porto passou a gastar menos gasolina, a ter mais despesa de manutenção e portanto corrigir honestamente a sua administração, e passar a apresentar rendimentos favoráveis.

Isto prova a eficiência e de austeridade. Mesmo assim se quer punir o Paraná, porque demonstra capacidade de gerir o seu porto, com uma nova filosofia de governo, fazendo com que o porto seja federalizado.

Para encerrar, senhor presidente, repelimos com todo vigor que somos capazes, a idéia esdrúxula de um governo paralelo, inventado pelo líder do PDS nesta Casa, neste particular o nobre deputado Luiz Alberto perdeu-se completamente, pois a sua tese é absurda, inconstitucional e insustentável.

Se este imaginativo governo paralelo, for uma extensão do Governo Federal, aí sim nós veremos uma projeção local do que acontece a nível nacional, com denúncias de corrupção, com denúncias de autoritarismo, de insensibilidade e de total ausência de atendimento aos reclamos justos de todos os paranenses.

Todos nós sabemos, senhores deputados, que do Governo Federal é capaz, e muitas vezes altaneiras do próprio PDS aqui tem se levantado, contra orientação política e econômica deste Governo Federal, que agora querem, trazê-lo para gerir os destinos do Estado não pela via legal, pela via paralela, não pela via democrática, pela via impositiva, porque o povo do Paraná falou alto, com mais de seiscentos mil votos de diferença, porque quem deve gerir esses dados por quatro anos é o PMDB, e só o vultoso do revanchismo e do inconformismo, dos que estão pensando que continuarão com o autoritarismo, pode querer, à força, um governo paralelo.

Por isso, senhores deputados, todos nós sabemos do que o Governo Federal é capaz, bastando correr com os olhos pelos jornais. A corrupção é uma doença incurável do Governo Federal, contaminando todos os seus escalões e está aí o Congresso Nacional, questionando discussão do relatório Saraiva, que acusa frontalmente um dos proeminentes ministros deste Governo Federal e que quer negar o direito ao Congresso Nacional de saber as denúncias de corrupção, não só as daqui, mas principalmente as de fora, como foi o caso das polonetas que envergonham e humilham esta Nação. Aí estão os escândalos das verbas desviadas das frentes de Trabalho do Nordeste, os escândalos do BNH e da Previdência Social. Enfim, aí estão por parte do Governo Federal os escândalos do Grupo Delfim, da Coroa BRastel e de tantos outros que seria enfastioso até enumerar. Não queremos aqui reprimir a história dos projetos faraônicos do Governo Federal, do endividamento absurdo da nação, num arrocho salarial com in-

flação de 170%; um governo que com usinas nucleares comprometeu em dívidas esta nação e agora não consegue por estas usinas em funcionamento, e a única que está funcionando não consegue gerar nem 2% da sua capacidade.

Tudo isso senhores é de domínio público, mas isso também assusta o povo do Paraná, pois se vier um governo paralelo ao Estado do Paraná, seria o agravamento do descalabro administrativo e político que este Governo Federal produz.

Mas, o que dizer, senhor presidente, da própria política de mãos estendidas do Governo Federal...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa

Comunica a Vossa Excelência que seu horário está esgotado, no entanto lhe concede um minuto para terminar o seu pronunciamento.

O SR. NILSO SGUAREZI - Muito obrigado. E o

que dizer da falsa política de mãos estendidas do Governo Federal, dando o exemplo concreto ao receber rudemente os prefeitos e vereadores de mais de 1.800 municípios, que foram a Brasília reivindicar a reforma tributária, e cujo resultado foi catastrófico, pois os prefeitos chegaram até a vaiar o presidente.

Está claro, senhores deputados, que o governo paralelo dos sonhos do deputado Luiz Alberto, seria um estilo de administração condenado pela maioria dos paranaenses, o qual nada fez em benefício do nosso Estado, mas também não deixou saudades.

Só deixou um rosário de erros, uma soma de irregularidades. E o governo paralelo, ora, a melhor resposta é esta deu um motorista de táxi quando conversou comigo e quando lia o jornal: "Para que dois governos se o PDS não consegue tocar um?"

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Consultado à liderança do PDS se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. TÉRCIO ALBUQUERQUE - (Pela Ordem) -

Senhor presidente, pela ordem o senhor deputado Airtton Cordeiro por 15 minutos, e o deputado Gabriel Sampaio por mais 15 minutos.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao senhor deputado Airtton Cordeiro por 15 minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Senhor presidente, senhores deputados. O normal seria que o deputado Luiz Alberto Oliveira respondesse o pronunciamento que acaba de fazer, da tribuna, o líder do Governo e do PMDB nesta Casa, deputado Nilso Sguarezi.

Entretanto, o líder desta bancada



se encontra em Brasília, atendendo interesses de ordem política do PDS nesta Casa.

Mas tentando não fugir do que seria a resposta da liderança do meu partido neste momento, eu começo a lançar um repto ao deputado Nilso Sguarezi, a fim de que prove onde está a seriedade da Oposição, ao governo impostor do senhor José Richa.

Seriedade é o que não tem faltado, ilustre Líder do Governo, a todos os parlamentares do Partido Democrático Social.

Seriedade sim falta ao governador do Paraná quando constituiu com o dinheiro do povo deste Estado, uma rede de televisão, para falar sobre obras que não fez e para, pura e simplesmente, tentar faturar dividendos políticos em cima de obras e de planos que ele herdou do governo anterior!

Ou duvida Vossa Excelência que o programa do bio-gás em Piraí do Sul, foi concebido e implantado pelo governo passado?

Ou duvida Vossa Excelência que os micro sistemas de água, para atender os pequenos municípios do interior, foram também um projeto do governo anterior, através da Secretaria de Estado da Saúde? Ou acredita Vossa Excelência que o senhor José Richa tem o dom do Milagre e opera o milagre neste Estado, reduzindo um "deficit" orçamentário, que ele denuncia de 100 bilhões de cruzeiros para 4 bilhões, em 6 meses de um governo inoperante, inexpressivo e que nada realizou? Não, Richa não operou milagre nenhum, porque não tem competência para isso!

Richa o que fez foi mentir durante a sua campanha eleitoral, criar fantasmas para o eleitorado do Paraná, tentar justificar a sua pregação política, e por isso nós não podemos aceitar que o Paraná seja vítima do grande engodo do governador José Richa, também pela televisão.

Lamentamos apenas, senhor presidente e senhores deputados, que o nosso Partido não tenha o acesso que teve o governador para também ir a televisão, para dizer as nossas verdades que com toda a segurança e firmeza, que contraditam por completo às tentativas de impor a verdade oficial ao povo do Paraná!

Seria interessante que esta Casa despertasse para a necessidade, senhor presidente, de abrir o partido Democrático Social, a oportunidade de ir também à televisão e mostrar aquilo que o senhor José Richa não faz, é denunciar publicamente as mentiras do governador desmistificando o seu governo!

Causa profunda estranheza senhor deputado Nilso Sguarezi que Vossa Excelência fale em gastos publicitários do Governo anterior esquecendo-se da maior orgia com publicidade que este governo faz!

Bu pediria a Vossa Excelência a quem eu respeito pessoal e politicamente que trouxesse os números, as cifras, os valores financeiros que estão gastando o

o BADEP, a SANEPAR e outras empresas como a COPEL, e além da própria subchefia da Comunicação Social do governo do Paraná. Estranho, sim, deputado Nilso Sguarezi é constatar que há pouco tempo atrás, o Banco de Desenvolvimento do Paraná estava para ser lacrado pelo governo Richa, e hoje se coloca nos veículos de comunicação social, como um Banco importante para o Paraná como se já não existisse a sua importância no passado recente!

Essas respostas eu gostaria de ouvir do líder do governo, como também gostaria que vossa excelência esclarecesse ao povo do Paraná, como é que o governador tem o desprante de ir à televisão e falar em 13.<sup>o</sup> salário, em reajuste semestral. Que reajuste semestral para os servidores públicos do Estado do Paraná, senhor Nilso Sguarezi?

Qual foi o percentual do aumento concedido em julho?

Qual foi o índice de inflação acumulado no semestre anterior?

Pergunto a vossa excelência: o PMDB rejeitou, há pouco, um decreto que trata da política salarial; promete rejeitar - e com toda justiça - o 2045, mas age de uma forma no Congresso Nacional e age aqui, no Paraná, de uma maneira completamente diferente. E a esse respeito aproveito para indagar da Presidência da Casa que fim levou o projeto de lei de minha autoria sobre o reajuste semestral, com regime de urgência aprovado por este Poder, já expirado, e que até hoje nós não tivemos oportunidade de deliberar sobre ele no plenário desta Casa, e será muito oportuno que se discuta esta matéria agora, paralelamente inclusive ao Decreto n. 2045 porque queremos cobrar coerência do PMDB que continua a pregar uma coisa no plano nacional e que atua de maneira completamente diferente no âmbito estadual. Gostaria que o deputado líder do governo e do PMDB esclarecesse a esta Casa porque antes o governador José Richa tanto falou dos empréstimos internacionais tomados pelo Paraná no governo anterior; aliás, fazendo repercutir posições da própria bancada peemedebista neste Parlamento, e agora o governador como que tenta se reencontrar com a verdade e diz na televisão que a dívida externa paranaense não é aquela que ele imaginava, quem sabe, preparando o ambiente para poder contrair novos empréstimos e tentar justificar o injustificável perante a opinião pública deste Estado. Exalta a vossa excelência o comportamento financeiro do Porto de Paranaguá, mas esquece vossa excelência de mencionar a alta do preço da soja, e se esquece de mencionar vossa excelência que neste ano o Porto de Paranaguá saiu da estagnação a que estava condenado não por inércia ou ineficiência da administração anterior, mas por uma conjuntura da economia deste Estado, pela própria redução da produção de soja no Paraná. E todos nós sabemos que Para-



naguá é o caminho natural da soja produzida no Paraná e exportada para o exterior, como também é o caminho natural da soja produzida e exportada pelo Paraguai. Mas, com segurança não convém a vossa excelência lembrar esses aspectos do seu pronunciamento porque a sua intenção era responder ao pronunciamento do deputado Luiz Alberto Martins Oliveira. Fala vossa excelência da Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha investigar irregularidades no governo anterior. Eu apelo ao bom senso de vossa excelência, apelo aos conhecimentos jurídicos que vossa excelência adquiriu na Universidade Federal do Paraná, como nosso contemporâneo, para que se reencontre com a natureza de uma CPI e chegue comigo à conclusão de que essa é uma CPI policialesca; de que essa é uma CPI muito mais promovida pelo Poder Executivo que faz deste Legislativo o seu quintal, servindo-se dos deputados do PMDB que integram essa Comissão Parlamentar de Inquérito para alcançar os seus objetivos. Como que explica vossa excelência, senhor deputado Nilso Sguarezi, a denúncia feita não faz muito tempo pelo ex-senador da República pelo partido de vossa excelência, o senhor Leite Chaves que afirmou publicamente que o PMDB estava com funcionários do Estado na sua sede articulando, montando a Comissão Parlamentar de Inquérito para trazer a esta Casa. Quer vossa excelência, caso de maior corrupção, a corrupção que não se configura pelo peculato, pura e simplesmente, mas a corrupção que se configura pelo uso indevido da pessoa humana, paga pelo povo paranaense para trabalhar no governo. Gente que não é paga pelo povo para instruir, orientar e nortear os caminhos de uma odiosa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Resposta quero eu de vossa excelência, sobre essas indagações, deputado Nilso Sguarezi. Mais do que eu, resposta quer a sociedade do Paraná, mais do que a sociedade do Paraná, este País, em pleno processo de redemocratização não pode suportar e nem tolerar o que afirmou vossa excelência dessa tribuna, como que renunciando a própria pregação que vossa excelência e seus companheiros fizeram num passado próximo, na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Mencionou ainda, o líder do governo, que o governo federal discrimina os municípios que não são do PMDB. Mentira, senhor presidente, senhores deputados.

Faço política numa região, onde nas últimas eleições, prevaleceu o PMDB, não só nas eleições majoritárias para o governo e para o Senado, mas como também, na eleição majoritária para as prefeituras municipais. E não tenho conhecimento, de que alguns desses municípios tenha sido discriminado pelo governo federal. Até entendo que o governo federal tem sido padastro sim com o PDS no Paraná, e entendo que o governo federal deveria, sim, dar mais aten-

ção aos municípios administrados por companheiros nossos de Partido, que hoje nem recebem o justo e o devido pelo governo, do Estado, e nem estão recebendo o justo e o devido pelo governo federal.

Não posso aceitar a afirmação de vossa excelência que tentando fazer uma digressão sobre generalidades, planta algumas dúvidas, quem sabe, para turbar futuramente a cabeça e a memória, a mente e o juízo daqueles que forem compulsar os Anais da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

E mais, senhor deputado Nilso Sguarezi, há pouco tempo, o governador José Richa anunciou que vai aos Estados Unidos para assinar um contrato que encerra uma operação financeira internacional com o Banco Mundial, e talvez ...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - A Mesa comunica a vossa excelência que o tempo destinado por vossa Liderança está esgotado.

O SR. TERCIO ALBUQUERQUE - Três minutos ao deputado Ailton Cordeiro.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Está com a palavra o deputado Ailton Cordeiro, por mais três minutos.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Disse que o governador do Estado, que vai aos Estados Unidos, para assinar um contrato com o Banco Mundial. Pergunto e espero resposta do líder do governo. Não é possível assinar este contrato aqui no Brasil? O governador quer se reencontrar com o seu repouso pós-eleitoral, porque para os Estados Unidos foi para descansar da eleição, e descansou tanto que esqueceu de fazer o seu plano de governo.

E quem foi, nobre líder do PMDB, que elaborou o projeto que o Banco Mundial aprovou, será que é o exemplo do Biocard Pirai do Sul dos micro-sistemas de água dos municípios do interior, das rodovias iniciadas, será que foi também o milagreiro do Palácio Iguaçu, José Richa?

Deixo uma sugestão a vossa excelência e aos seus companheiros; quem reduziu o déficit orçamentário, não precisa, sob pena de cometer um crime contra a economia do Paraná, não precisa recorrer a fontes externas para governar, porque ele abarrotou os cofres do Estado, segundo afirmou, e terá, certamente, "competência", para poder arrancar mais dinheiro e fazer a sua administração, independentemente de qualquer outro mecanismo internacional.

Mas, a verdade, Richa não falou no seu programa de televisão.

O PMDB não reconheceu no plenário desta Casa. A verdade, senhor presidente e senhores deputados, é que Richa não recebeu, como quis dizer, o governo nas condições em que quis impor perante a opinião pública do Paraná, num programa montado,

num programa que, como diz hoje o jornal "O Estado do Paraná", recebeu os expurgos devidos, que foi montado e que, conseqüentemente, apenas conseguiu ir ao ar com o aproveitamento daquilo que a "entourage" do governador entendeu que deveria ser levado à opinião pública deste Estado.

Mas, nós, deputado Nilso Sguarezi, não somos nem cegos, nem surdos, nem mudos...

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Comunico a vossa excelência que o seu tempo está esgotado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Concluo, senhor presidente, apenas para dizer, que nós do PDS não somos nem cegos, nem surdos e nem mudos, por isso não renunciemos à seriedade do nosso trabalho, e repelismo com toda veemência as distorções lidas da tribuna, pelo líder do Governo.

Muito obrigado. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) - Concedo a palavra ao senhor deputado Luiz Gabriel Sampaio, por doze minutos, inscrito.

O SR. GABRIEL SAMPAIO - Senhor presidente e senhores deputados. Realmente, a incoerência do hoje partido governista do PMDB é das maiores.

E a memória dos senhores Peemedebistas é muito curta, uma vez que fatos revelados não compartilham com a verdade de pouco tempo atrás.

Há pouco, em aparte, o deputado Roberto Requião acusa o PDS de manusear um brinquedo, citando, para tanto, algumas empresas multinacionais, de que nós aprendemos, e queremos brincar de "Governo paralelo".

Eu acho que brinquedo maior, senhor presidente, senhores deputados, está fazendo o senhor José Richa, como já bem disse o deputado que me antecedeu. Brinquedo é dizer ao povo do Paraná que transforma, como num passe de mágica, talvez a mágica do senhor Garanhão, um déficit de 100 bilhões de cruzeiros, em 4 bilhões.

O senhor José Richa, aliás, cabo eleitoral do senhor Costa Cavalcanti à Presidência indireta da República, é que está brincando com o povo do Paraná; memória curta tem o senhor Roberto Requião, que há pouco tempo atrás, quando votamos aqui um novo Prefeito biônico para o Paraná, o ex-deputado Maurício Fruet, que, ironicamente, é bom lembrar, é o Presidente nacional da CONAN, entidade nacional constituída para devolver às Prefeituras de Segurança Nacional das Capitais, a eleição direta; mas, para o PMDB, há duas verdades, senhores deputados: a verdade que nos interessa, e a verdade que eles querem pregar. Esta é a grande diferença.

Porque o senhor Roberto Requião,

na ocasião, não propôs, desta Assembléia, que o Governo do Paraná fizesse algum tipo de eleição para a prefeitura de Curitiba, numa forma que pudesse se comparar a uma eleição para que fosse para lá, não um "biônico" como o que está na prefeitura, mas, um homem levado por uma consulta popular.

Falou hoje, ainda desta tribuna, senhor deputado Caíto Quintana - com razão em muitos pontos, mas aparteado pelo deputado Sérgio Spada - que, revoltado com a indicação indireta do futuro prefeito de Foz do Iguaçu que por certo será um elemento do nosso partido, ele dizia nesta Casa, hoje, que não concordava com a eleição indireta. Mas absolutamente isso não é verdade, porque ele quer nomear o prefeito de Foz do Iguaçu, e para tanto indicou três nomes, dois deles que nunca passaram pelo crivo das urnas. É esta, a coerência que o PMDB do Paraná quer impingir aos paranaenses, mas, felizmente, o povo do Paraná é um povo que sabe avaliar, pesar e medir as palavras mentirosas ditas pelos seus elementos.

Eu aqui lembrava, há pouco, da nossa CPI que apura irregularidades administrativas, brincadeira do Líder do PMDB, nesta Casa, o senhor deputado Nilso Sguarezi, de querer vir dizer que a CPI é para apurar irregularidades constatadas pelo governo, deveriam ser mandadas diretamente às fontes da Justiça pública comum, e jamais, passadas pelo crivo desta Assembléia porque, vossas excelências que hoje têm todo um manancial disponível para levantar dados, apurar provas e remetê-las à competente jurisdição da Justiça, portanto, senhores deputados, não podemos aceitar absolutamente, o argumento do PMDB. Vossas excelências são profundamente incoerentes, nobres deputados, eu presenciei, nesta tribuna, presenciei nesta Assembléia, compartilhei com vossas excelências das nossas argumentações com relação aos "biônicos", aos indiretos, mas, depois que esses homens passam para o partido de vossa excelências, nada mais é dito a respeito.

Esta aí, o senhor Canet Júnior, comandante da campanha vitoriosa do PMDB do Paraná, indireto, espuriamente governador do Paraná, só saiu do partido após o seu governo, antes, ele não achava incoerente a ARENA nem o PDS; o senhor Afonso Camargo, "guru" do senador Álvaro Dias, senador "biônico", indireto, espúrio, isto, nada mais é revelado ao Paraná, esses, são homens coerentes hoje, homens que realmente estão com o PMDB em função de sua larga tradição posicionista no Paraná e no Brasil!

Lamento profundamente as palavras aqui proferidas pelo líder do governo. Memória curta dos senhores peemedebistas desta Casa!

Senhor presidente, feitas as considerações iniciais, eu passo a ler o pro-

Curitiba, terça, em 04/10/83

nunciamento que preparei para a tarde de hoje.

("Lê):

"Senhor presidente. Senhores deputados.

Uma profunda reflexão se faz imperiosa e inadiável, por todos os que, nesta e em todas as demais Casas Legislativas deste País, tentam, a duras penas, representar os anseios do povo brasileiro.

A hora é grave como nunca o foi em toda nossa História, e a nós,, representantes do povo, constitucionalmente investidos de um mandato popular, cabe o exemplo maior, relegando a último plano os divisionismos partidários, de atentarmos para o que ora é imprescindível - a tentativa do restabelecimento da ordem econômica, política e social.

A Nação reclama por soluções definitivas que nos levam a sair desta corrida alucinada à insolvência total.

As consequências decorrentes do atual sistema econômico-financeiro que nos vêm sendo imposto, o qual obstinadamente o governo federal se recusa a admitir falido, estão sobejamente sendo sentidas por todos, e a cada hora mais se agravando, a ponto de estar o País à beira de um colapso e de uma escalada de violência sem precedentes nos anais de nossas tradições históricas.

Vemos, estupefatos, um Nordeste, subnutrido e árido, transformado numa das regiões mais pobres do mundo, com sua população dependendo de campanhas emergenciais de caridade pública, numa tentativa de aliviar sua fome.

Entretanto, é por todos exclusivamente sabido que o problema nordestino não é circunstancial, como o foi no das enchentes no sul. A atual seca prolongada, aliás prevista tecnicamente antes de sua chegada, é um fenômeno inerente àquela região, e está fartamente provado que a miséria lá reinante dele não decorre, mas sim, é produto exclusivo da falta de planejamento e recursos direcionados no sentido de suprir a carência de água existente.

Sabemos que as soluções sugeridas por técnicos de todas as áreas, são viáveis e exequíveis e que, ainda, o fundamental é ser realizada uma política dirigida à melhor distribuição de terras, já que o problema básico é fundiário.

No entanto, o Nordeste agoniza sem que absolutamente nada se tenha feito até a presente data.

Atônitos, encontramos igual quadro nos bolsões de pobreza que aumentam, assustadoramente, nas periferias das grandes metrópoles do nosso Sul, que há muito deixou de ser "o outro País, a terra rica prometida e sonhada pelos irmãos do norte.

O desemprego grassa não mais apenas dentro da classe operária. Nossa classe média, sustentáculo econômico e geradora de riquezas, caminha, inexoravelmente, para a sua extinção.

A violência urbana, fruto da má distribuição de rendas entre outras causas, característica do modelo econômico adotado, de um capitalismo selvagem, voltado apenas e tão somente para as exportações, se transmuta agora, estendendo-se às classes operárias que, sufocadas, recorrem aos saques. Não cabe perguntar se a massa está ou não sendo dirigida por grupos organizados. Não houvesse a miséria e o desemprego grassando em tal escala, não se sucederiam os episódios que ora ocorrem, cada vez mais frequentes e em maior número.

E, ante este quadro quase apocalíptico da agonia desta Nação, e no que se empenham e agora já se degladiam os representantes do povo brasileiro?

Graças a tantos desmandos e incompetência, foi ocasionada, pela alta cúpula administrativa, a campanha para a sucessão presidencial. E o mais grave, deflagrada a corrida, nossos homens públicos agora se empenham na luta pela participação no futuro poder. E as disputas que se iniciaram, se alastram, assustadoramente, e constatamos já o nosso próprio Estado, o início das mesmas disputas pela sucessão estadual.

Os partidos se enfraquecem, dividindo-se, numa hora e, que mais do que nunca, deveriam estar fortalecidos para enfrentar os graves problemas com os quais o País se defronta.

Não seria, pois, conveniente questionar a finalidade do surgimento desta campanha sucessória em momento dos mais impróprios?

Não estaríamos diante de uma trama maquiavélica, gestada com a única e bem arquitetada finalidade de desviar a atenção e interesse da classe política para os volumosos e vultuosos problemas com os quais nos deparamos?

Que razões se apresentariam a mais, para se iniciar com ímpeto e em larga escala problemática da sucessão presidencial, em tempo tão prematuro, já que as próximas eleições deverão se realizar dentro de ainda um ano e meio?

Não seria por demais oportuno que a classe política, tão fragilmente estruturada, face da mais completa inexistência, sem ter tido tempo de consolidar suas bases partidárias, já que os dois maiores partidos do País não passam de uma colcha de retalhos "ideológicos, agrupando setores das mais variadas origens políticas, agora viesse a se pulverizar com divergências internas, provocadas pela escolha do sucessor à presidência desta República?

Sobre nossos ombros, senhores deputados, pesam graves e grandes responsabilidades. Dos representantes desse sofrido povo brasileiro é esperado o desempenho firme, correto, sereno, incansavelmente atuante de nossos mandatos, na defesa dos mais altos interesses de nossa Pátria.

O momento é histórico e cabe o de-

ver inalienável de mostrar ao País e ao mundo que, a respeito dos infundáveis obstáculos que sucessivamente, têm sido colocados para sufocar a atuação deste poder Legislativo, seus representantes estão atentos e dispostos a lutar para que os demandas sejam expurgados, e para provar que a classe política se encontra amadurecida suficientemente para enfrentar esta luta,, a qual se resume em recolocar o Brasil novamente de pé, unindo os segmentos todos de nossa sociedade, laboriosamente empenhados em resgatar nossa honra como Nação"

Obrigado senhores deputados. (Sem evisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 senhores deputados.

A Mesa, com base na Resolução 2/71, abre prazo de três dias consecutivos a contar de amanhã, dia 5 do corrente para oferecimento de emendas à Proposição n. 101/83, proposta emenda a Constituição do Estado, de autoria do senhor deputado Anibal Khury.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante no expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

REDAÇÃO FINAL- Do Projeto de Resolução n. 55/83. (Mensagem n. 53/83) que aprova termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 28/12/82, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS"

no exercício de 1982. - Aprovado.

Redação Final do Projeto de Resolução n. 55/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os primeiros termos aditivos aos termos de cooperação técnica e financeira datados de 28/12/82, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios adiante mencionados: Apucarana, Centenário do Sul, Cianorte, Ivaiporã, Jaboti, Jardim Alegre, Nova América da Colina, Nova Fátima, Porecatu, Santo Inácio, São Jerônimo da Serra, São João do Ivaí, Verê, aditados em 1.º/06/82, São João do Triunfo, aditado em 30/06/82, Adrianópolis, aditado em 27/08/82, Tibagi, aditado em 18/10/82 e Imbituva, aditado em 15/12/82, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoria de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1982.

Art. 2.º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente; GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n. 56/83, (Mensagem n. 57/83) que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 07 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. - Aprovado.

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 56/83.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados em 07 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Arapoti n.º 01/83, Alto Piquiri n.º 02/83, Amaporã n.º 03/83, Andaraí n.º 04/83, Assaí n.º 05/83, Bandeirantes n.º 06/83, Bela Vista do Paraíso n.º 07/83, Borrazópolis n.º 08/83, Capitão Leônidas Marques n.º 09/83, Conselheiro Mairink n.º 10/83, Contenda n.º 11/83, Cruzeiro do Sul n.º 12/83, Dois Vizinhos n.º 13/83, Flórida n.º 14/83, Foz do Iguaçu n.º 15/83, Francisco Alves n.º 16/83, Francisco Beltrão n.º 17/83, Goioerê n.º 18/83, Guairaça n.º 19/83, Guaporema n.º 20/83, Guaraniaçu n.º 21/83, Inajá n.º 22/83, Indianópolis n.º 23/83 e Iporã n.º 24/83, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - PROSAFRAS, no exercício de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 68/83, (Mensagem n.º 61/83), que aprova os Termos de Cooperação técnica e financeira celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. - Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 68/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os Termos de Cooperação Técnica e Financeira celebrados em 07 de março de 1983, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Porecatu n.º 47/83, Porto Rico n.º 48/83, Primeiro de Maio n.º 49/83, Quitandinha n.º 50/83, Rebouças n.º 51/83, Rio Bom n.º 53/83, Salto do Itararé n.º 54/83, Salto do Lontra n.º 55/83, Santa Amélia n.º 56/83, Santa Cecília do Pavão n.º 57/83, Santa Inês n.º 58/83, Santa Isabel do Ivaí n.º 59/83, Santo Antônio do Paraíso n.º 60/83, São João do Triunfo n.º 61/83, São Jorge do Oeste n.º 62/83, São Sebastião da Amoreira n.º 63/83, Tapira n.º 64/83, Terra Rica n.º 65/83, Terra Roxa n.º 66/83, Toledo n.º 67/83, Três Barras do Paraná n.º 68/83, Tuneiras do Oeste n.º 69/83 e Xamburé n.º 70/83, objetivando a execução do Programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 70/83, (Mensagem n.º 84/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com municípios e datas que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. - Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 70/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os ter-

mos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Abatiá, Leopólis, Sapopema, em data de 9 de maio de 1983; Califórnia, Iretama, Santa Fé, em data de 6 de maio de 1983; Congonhinhas, Diamante do Norte, Itambaracá, Marilena, Paigandu, Ribeirão do Pinhal e Siqueira Campos, em data de 4 de junho de 1983, objetivando adoção de ação conjunta em vistas à execução do Programa Especial para Melhoramentos de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 71/83, (Mensagem n.º 66/83), que aprova os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes, com municípios e datas que especifica, objetivando a execução do "PROSAFRAS", no exercício de 1983. - Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 71/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1º - Ficam aprovados os termos de cooperação técnica e financeira celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Alto Paraná, Ampère, Apucarana, Mariluz, Quinta do Sol, São Pedro do Paraná, em 09 de maio de 1983, Mandaguacy e Prudentópolis, em 06 de maio de 1983, objetivando a execução do programa Especial para Melhoramento de Estradas Intermunicipais para Escoamento de Safras - "PROSAFRAS", no exercício de 1983.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
GILBERTO CARVALHO - Relator.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução n.º 72/83, (Mensagem n.º 79/83), que aprova os Termos de Cooperação e Compromisso celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e os municípios que especifica, para construção de Terminais Rodoviários de Passageiros. - Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 72/83.

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

RESOLVE:

Art. 1.º - Ficam aprovados os convênios de cooperação e compromisso celebrados em 30 de dezembro de 1981, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes, e os municípios de Rio Negro, Roncador, Salto do Lontra, São João, São Jorge do Ivaí, Santa Izabel do Oeste, Santo Inácio, Santa Mariana, Santa Cecília do Pavão, São Jorge do Oeste, Siqueira Campos, Tapira, Uraí, Wenceslau Braz e Xambrê, objetivando a construção de Terminais Rodoviários de Passageiros nos mencionados municípios.

Art. 2.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 22 de setembro de 1983.

(aa) AMÉLIA HRUSCHKA - Presidente;  
GILBERTO CARVALHO - Relator.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 105/83, de autoria do deputado Márcio Almeida, que declara de Utilidade Pública a "UNIÃO PARANAENSE DOS ESTUDANTES - U.P.E.", com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 106/83, de autoria do deputado Tadeu França, que declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA - A.P.M.I.", com sede e foro no município de Santa Fé. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 115/83, de autoria do deputado Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a "LIGA PLATINENSE DE FUTEBOL, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 89/83, (Mensagem n.º 64/83), de autoria do Poder Executivo, para reverter ao Patrimônio do Estado, o imóvel situado nesta Capital, à rua presidente Carlos Cavalcanti, esquina rua João Manuel, conforme transcrição n.º 56.778, às Fls. 88, do Livro 3-V, do Cartório da 1.ª Circunscrição do Registro de Imóveis desta Capital. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T. e EMENDA da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.º 44/83, de autoria do deputado Trajano Bastos que acresce ao art.23 do Regimento Interno inciso com seus respectivos parágrafos, em que autoriza à Mesa, promover em caráter experimental, estágios de trabalho em seus serviços legislativos e administrativos, para universitários de todo o Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F., C.R.H. e COMISSÃO EXECUTIVA,

por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.-  
Aprovado, artigo por artigo.

O SR. PRESIDENTE (Trajano Bastos) Sobre a Mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Romeu Costa Dias, ocorrido no município de Londrina. -Aprovado. Ao de Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do senhor Telange Telon Alves, ocorrido no dia 29 de setembro do corrente ano. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Nestor Baptista, constante do expediente, solicitando voto de regozijo à Igreja "Assembléia de Deus", pela comemoração de seu jubileu de ouro, bem como pela 13.ª Confraternização da União da Mocidade da Assembléia de Deus a se realizar no Município de Paranaguá. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Odeni Mongruel, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do doutor Edilon Joaquim Teixeira Biscaia, membro de tradicional família do município de Ponta Grossa. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Mário Pereira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos senhores secretário da Indústria e Comércio, diretor presidente do BADEP e diretor superintendente do CEAG -Centro de Apoio à Pequena e Média Empresa do Paraná, visando inclusão no Plano de "PROMICRO/84", do município de Guaraniaçu. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para os projetos de Lei n.º 79/82, que dispensa o presidente, secretário e tesoureiro da Associação dos Professores do Paraná das atividades normais de seus cargos públicos, n.º 127/82, que concede pensão mensal a Ida Hübert, e n.º 145/82, que concede o título de Cidadão Benemérito do Paraná a Dom Pedro Antonio Marchetti Fedalto. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 141/83, que declara de Utilidade Pública o "Programa do Voluntariado Paranaense - PROVOPAR". -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.



Requerimento de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário das Finanças, visando criação e instalação de uma Delegacia Regional da Receita do Estado, na Região Central do Paraná, com sede no município de Ivaiporã. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a implantação de um mini-posto de Saúde nas dependências que se encontram ociosas no Centro Social Urbano Santa Efigênia - CSU, localizado no Conjunto Residencial Santa Efigênia, nesta Capital.- Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao senhor prefeito municipal de Curitiba e secretária da Educação, visando a implantação de um curso de 2.º Grau noturno no grupo Escolar Julia Amaral Di Lenna, no conjunto Habitacional Santa Efigênia, nesta Capital. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, apoiando as reivindicações quando da instalação do Governo do Estado no município de Campo Mourão. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário do Interior, dando apoio condicional às reivindicações efetuadas quando da instalação do Governo do Estado no Município de Campo Mourão. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo apoio às reivindicações efetuadas quando da instalação do Governo Estadual no município de Campo Mourão. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria da senhora deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora secretária da Educação, dando integral apoio às reivindicações efetuadas quando da instalação do Governo do Estado no município de Campo Mourão. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor governador do Estado, visando implantação do "Ensino de 1.º Grau"-5.ª a 8.ª séries, nas Escolas localizadas nos municípios de Marechal Cândido Rondon e Santa Helena. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Gernote Kirinus, constante do expediente, solicitando o envio de voto de apoio ao senhor presidente do Senado Federal, pelas suas declarações públicas do dia 1.º de outubro do corrente, defendendo a autonomia do Congresso Nacional na apreciação do Decreto-Lei n. 2045. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao jornal "Folha de Londrina", pela reportagem pública em série, sob o título "FRONTEIRA LIVRE". Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à senhora secretária da Educação, encarecendo estudos no sentido de se proceder reformas e reparos no Colégio Estadual Dom Bosco - Ensino de 1.º e 2.º graus, no município de Campo Mourão.-Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário da Saúde e Bem Estar Social, visando a implantação de uma agência do Instituto de Previdência do Estado - IPÊ, no Município de Juranda. - Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando aumentar o trajeto da obra que será constituída de paralelepípedos, com uma extensão aproximada de 800 m. lineares, compreendendo a Avenida Liberdade, no Distrito de Luiziana, Município de Campo Mourão. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria de Educação, visando recursos financeiros a fim de saldar compromisso de aceitação de obras, já realizadas defronte o Colégio Duque de Caxias, no município de Goioerê. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Roberto Requião, constante do Expediente, solicitando o envio de expediente à secretária da Educação, visando a implantação do 2.º grau, já criado, bem como a criação de cursos de administração, magistério e propedêutico, e gestão junto à FUNDEPAR, visando a execução de obras de adaptação necessárias ao funcionamento da Escola Estadual Prof. João Loyola - Ensino de 1.º grau, nesta Capital. -Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor secretário dos Transportes, visando possibilidade de se destacar um policial, caráter permanente, para o Distrito de Yolanda, no Município de Ubatuba. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento por uma sessão, na discussão do Projeto de Lei n.º 89/83, e na sua inclusão no dia 05 de outubro do corrente ano. Aprovado. Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do senhor deputado Sérgio Spada, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao senhor Ministro do Trabalho, encarecendo o levantamento da intervenção decretada pela Delegacia Regional do Trabalho no sindicato dos Trabalhadores nas indústrias da Construção Civil de Olaria, de Cerâmica pa-

ra construção de Artefatos de Cimento Armado e de Mármore e Granitos de Curitiba. -Aprovado.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - Solicito verificação de votação, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Trajano Bastos) A Mesa defere e vai proceder a verificação da votação.

(É procedida a verificação da votação)

8 senhores deputados aprovam; nenhum deputado rejeita. Não há quorum para prosseguimento da sessão.

Nestas condições declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, quarta-feira, dia 05, à hora regimental com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 92, 98, 103, 104, 109 e 110/83.

3.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.º 44/83.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 89/83.

1.ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 79, 80 e 83/83.

Levanta-se a Sessão.